

UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS E ARTE

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

O contributo da Educação para a Cidadania na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável:

Estudo de caso na Escola Secundária Manuel Lopes na Praia

Maria da Luz Gomes Lopes da Silva

Orientador | Carlos Rodrigues Spínola

Praia, Dezembro de 2019



Praia, Dezembro de 2019



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS E ARTE

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

O contributo da Educação para a Cidadania na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável:

Estudo de caso na Escola Secundária Manuel Lopes na Praia

Maria da Luz Gomes Lopes da Silva

Orientador | Carlos Rodrigues Spínola

Praia, Dezembro de 2019

www.fcsha.unicv.edu.cv

Dedicatória

Aos meus queridos filhos, Márcia Lopes da Silva, e Gabriel José Lopes da Silva Pereira por terem suportado a minha ausência durante esta jornada, durante esses anos, o que me deu muita coragem para continuar.

À minha querida mãe Rosa Gomes que esteve sempre ao meu lado apoiando, dando amor, carinho e muita atenção.

Ao meu querido pai que desde criança me dizia, “Estuda porque é a única herança que eu te posso deixar.”

A todos os meus colegas de curso pelo apoio e moral.

Ainda a todas as pessoas que de uma forma ou de outra me incentivaram a alcançar esse objectivo.

Agradecimentos

Antes de mais quero endereçar os meus agradecimentos às pessoas mais importantes da minha vida, a minha família e em especial aos meus pais, pelo apoio que sempre me deram, pela educação, pelos valores e coragem que me inculcaram nos momentos mais difíceis deste percurso.

Durante este percurso várias pessoas de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, entre essas, queria agradecer ao meu orientador, Doutor Carlos Rodrigues Spínola pelas sábias directrizes, ao Lima, pelo apoio e colaboração dispensados.

Ainda dirijo o meu sincero reconhecimento à Universidade de Cabo Verde, pela oportunidade oferecida, aos Docentes do Curso pelos ensinamentos, à Direcção da Escola Manuel Lopes, pela disponibilização dos dados necessários para o desenvolvimento deste trabalho e bem como a todos os inquiridos pela colaboração.

A todos os meus colegas do curso em especial ao Benvindo Semedo.

Enfim, de forma muito especial a todos que, directas ou indirectamente me apoiaram neste percurso, com toda a sinceridade.

Muito obrigado!

Resumo

A insustentabilidade do estilo de vida de algumas regiões do mundo, tem sido evidente por um conjunto de fatos tais como: a perda do dinamismo e instabilidade de sistemas económicos, a crescente desigualdade social, o risco para a paz e segurança que se conformam como situações que neste momento se apresentam de uma forma mais grave, por estarem acompanhadas de uma grave crise ambiental a nível mundial.

Em Cabo Verde, as situações representativas da insustentabilidade agravam-se pelo crescimento da população, sendo de se realçar a salinização do solo, a escassez de água, a escassez de recursos naturais a desertificação e a desflorestação, o saneamento básico e a insegurança pública, como conjunto de fenómenos que a disciplina de Educação para a Cidadania pode, até certo ponto, reverter, ou contribuir para tal.

Assim, para este estudo, para o objetivo geral, pretendemos “Compreender o contributo da disciplina de Educação para a Cidadania na capacitação para o desenvolvimento sustentável em Cabo Verde”.

Para o cumprimento deste objetivo recorreremos à pesquisa documental, , à elaboração e aplicação de questionários para alunos e entrevistas à coordenadora e aos professores da disciplina de Educação para a Cidadania.

Esperamos trazer uma proposta fundamentada de conteúdos curriculares: temas, subtemas, conceitos, práticas e situações da nossa realidade, na perspetiva de educação para o desenvolvimento sustentável, a serem integrados na disciplina Educação para a Cidadania.

Palavras-chave: Educação; Educação para a Cidadania; Ensino; Aprendizagem; Desenvolvimento Sustentável.

Résumé

La perte de dynamisme et l'instabilité des systèmes économiques, l'inégalité croissante, le risque pour la paix et la sécurité ont mis en évidence le caractère insoutenable du mode de vie de certaines régions du monde. Ce sont des situations qui ont toujours existé, comme certains cycliques, cependant, la situation mondiale actuelle est pire car elle s'accompagne d'une grave crise environnementale mondiale.

Ces phénomènes sont notoires au Cap-Vert et mettent l'accent sur la salinisation des sols, la rareté de l'eau, la raréfaction des ressources naturelles, la désertification et la déforestation, l'assainissement, l'insécurité publique, etc.

Ainsi, pour l'étude réalisée, nous avons utilisé des recherches documentaires, l'observation des cours, la préparation et l'application de questionnaires pour les étudiants et des entretiens avec le coordinateur et les enseignants de la discipline de l'éducation à la citoyenneté.

Structurés en deux parties, théorique et sur le terrain, nous espérons apporter une proposition enracinée de contenus curriculaires: thèmes, sous-thèmes, concepts, pratiques et situations de notre réalité, dans la perspective de l'éducation pour le développement durable, à intégrer dans l'éducation pour le développement durable. La citoyenneté

Mots Clés: Éducation; Éducation à la citoyenneté; L'enseignement; L'apprentissage; Développement durable.

Índice de Matérias

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
RESUMO.....	IV
RÉSUMÉ.....	V
ÍNDICE DE MATÉRIAS	VI
ÍNDICE DE QUADROS	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
ÍNDICE DE TABELAS.....	IX
SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	XI
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO.....	3
1.1.1 Questão de investigação	3
1.1.2 Objectivo Geral.....	3
1.2.3 Objectivos Específicos	3
1.2.4 Estrutura da dissertação.....	4
CAPÍTULO I.....	5
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
1.1 O Ensino e a Educação.....	5
1.2 Cidadania e Desenvolvimento Sustentável	7
1.3 Educação para a Cidadania e Educação para o Desenvolvimento Sustentável	9
1.4 Papel da Educação para a Cidadania.....	10
1.5 Papel da Educação para a Cidadania no Currículo Escolar.....	10
1.5.1 Orientações Pedagógicas e didácticas	11
1.6 Importância da Educação para o desenvolvimento sustentável	14
CAPÍTULO II.....	16
2. REPÚBLICA DE CABO VERDE E ESCOLA SECUNDÁRIA MANUEL LOPES.....	16
2.1 Considerações gerais de enquadramento de Cabo Verde.....	16
2.2 O Sistema Educativo Cabo-verdiano	16
2.2.1 A Educação Escolar: O Ensino Secundário.....	19
2.2.2 Evolução da disciplina de Educação para a Cidadania em Cabo Verde.....	20
2.3 Caracterização da Escola Secundária “Manuel Lopes”	22
2.3.1 Contexto legal e localização	22
2.3.2 Espaço físico.....	22
2.3.3 População escolar.....	23

2.3.4 Segurança na Escola.....	27
2.3.5 Funcionamento.....	27
CAPÍTULO III	29
METODOLOGIA.....	29
3.1 Procedimentos de recolha de dados.....	30
3.2 Técnicas de análise e tratamento dos dados	36
3.3 Caracterização das populações inquiridas.....	36
CAPÍTULO IV.....	40
APRESENTAÇÃO E DISCUÇÃO DE RESULTADOS	40
4.1 ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA EM RELAÇÃO A EDS EM CABO VERDE.....	40
4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES DA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	43
4.3 CONCEPÇÃO DA EDS NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES E DOS ALUNOS DA ESML	50
4.3.1 Na perspectiva dos professores da ESML.....	50
4.3.2 Na perspectiva dos alunos da ESML	53
4.4 AS PRÁTICAS DO PROFESSOR NA PERSPECTIVA DE EDS NA ESML.....	56
4.5 ANÁLISE FOFA.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXOS	75
Anexo I - Cartas enviadas aos participantes do estudo.....	75
Anexo II - Entrevistas aplicadas.....	76
Anexo III – Aplicação de questionário	91
Anexo IV – Fotografias da ESML.....	94

Índice de Quadros

Quadro 1 - Métodos e Técnicas na disciplina de EPC.....	13
Quadro 2 - Distribuição de professores de acordo com o grau académico.....	24
Quadro 3 - Distribuição de alunos na ESML por anos de estudo.....	25
Quadro 4 - Guião de entrevista dividido em cinco blocos temáticos.	31
Quadro 5 - Estrutura do questionário aplicado aos alunos da ESML.....	34
Quadro 6 - Análise FOFA.....	66

Índice de Figuras

Figura 1 - Organograma do sistema educativo cabo-verdiano.....	18
Figura 2 - Distribuição etária de professores da ESML participantes no estudo.....	37
Figura 3 - Distribuição por sexo dos professores participantes no estudo.	37
Figura 4 - Contribuição de EPC para a EDS.....	49
Figura 5 - Contribuição de EPC para a EDS.....	49
Figura 6 - Conhecimento de EDS.....	53
Figura 7 - Conhecimento de EDS.....	53
Figura 8 - Ideia de EDS em Cabo Verde.	55
Figura 9 - Ideia de EDS em Cabo Verde.	56
Figura 10 - Relação entre a EPC com os problemas afectos das localidades onde residem os alunos.	59
Figura 11 - Relação entre a EPC com os problemas afectos das localidades onde residem os alunos.	59
Figura 12 - EDS na ESML.....	60
Figura 13 - EDS na ESML.....	61
Figura 14 - Integração de EDS às práticas quotidianas.	62
Figura 15 - Integração de EDS às práticas quotidianas	62
Figura 16 - Frequência do trabalho de EDS na ESML.	62
Figura 17 - Frequência do trabalho de EDS na ESML.	62
Figura 18 - Atitude para alcançar o desenvolvimento sustentável.	63
Figura 19 - Atitude para alcançar o desenvolvimento sustentável.	64
Figura 20 - Sala de Directoria. Fonte: Autoria própria, 2019.	94
Figura 21 - Sala de aula. Fonte: Autoria própria, 2019.	94
Figura 23 - - Laboratório para Física e Química. Fonte: Autoria própria, 2019	95
Figura 22 - Auditório. Fonte: Autoria própria, 2019.	95

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Aplicação de questionários nas cinco turmas da ESML.....	34
Tabela 2 – Distribuição dos inquiridos por sexo.	39
Tabela 3 – Distribuição dos alunos participantes de acordo com a idade.....	39

“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”

Chico Xavier

Siglas e Acrónimos

EPC – Educação para a Cidadania

ONU – Organização das Nações Unidas

ODS – Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

EDS – Educação para o Desenvolvimento Sustentável

ESML – Escola Secundária Manuel Lopes

PEA - Plano Estratégico da Educação

PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

FICASE – Fundação Cabo-verdiana de Acção Social e Escolar

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

FPS – Formação Pessoal e Social

PEE – Plano Estratégico de Educação

PNRSCV- Programa Nacional de Saúde Reprodutiva de Cabo Verde

DGS- Direcção Geral da Saúde

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano

1. Introdução

O presente trabalho trata-se de uma dissertação, enquadrado no âmbito do Mestrado em Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Universidade de Cabo Verde e tem como tema: O contributo da Educação para a Cidadania na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável: estudo de caso na Escola Secundária Manuel Lopes na Praia.

Nos últimos tempos, a terra vem sofrendo catástrofes climáticas entre as quais, furacões, enchentes, tempestades que estão se tornando cada vez mais presentes. Estamos vivendo em climas cada vez menos estáveis com estações do ano mal definidas. Diante disso, com tantas agressões ambientais (poluição, desmatamento, uso inadequado do solo, modificações intencionais feitas em ecossistemas) devemos tomar uma atitude a nível universal capaz de obter resultados que favorecerão a todos. É irrefutável dizer que um dos caminhos para minguar os efeitos desse descontrolo é através da educação.

Segundo Edna Sueli Pontalti (2005), a escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização, iniciado em casa, com seus familiares.

A escola é o lugar privilegiado para as aprendizagens, onde se devem adquirir valores, promover atitudes e comportamentos pró-ambientais.

O presente trabalho mostra o quanto é fundamental uma educação que actue de forma conscientizadora capaz de fazer com que as pessoas manifestem preocupação com o meio em que vivem para que sintam a obrigação de buscarem uma maior qualidade de vida, sem causar grandes danos ao meio ambiente.

As motivações fundamentais que nos conduziram a este estudo são: em primeiro lugar, de carácter profissional e pessoal, pois a experiência profissional ao longo de vários anos, enquanto docente no ensino secundário e também discente no curso de Educação para o Desenvolvimento Sustentável ministrado na Universidade de Cabo Verde, permitiu questionar e reflectir no que concerne ao contributo da disciplina Educação para a Cidadania (EPC) na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável.

Em segundo lugar, o que nos motivou bastante para a realização deste estudo foi a sensibilização decorrente relativamente à pertinência do tema a nível mundial, nomeadamente o mega encontro que teve lugar em Setembro de 2015 em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), reunindo mais de 150 líderes mundiais, para

definirem uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Agenda essa intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por 17 Objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS), desdobrados em 169 metas. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a serem implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.

Dentre esses 17 objectivos, um deles, o ODS4, “consiste em assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. Ao nosso ver, para essa agenda triunfar, a educação tem um papel fundamental. Razões que justificam a importância em sensibilizar os professores, de modo a aumentar o interesse destes na leccionação e prática de conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável, demonstrando-lhes que a disciplina é uma componente da educação para o desenvolvimento sustentável.

De realçar que independentemente das motivações apresentadas, a problemática do contributo da EPC na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável, estimulou em nós a necessidade de realizar a investigação sobre o assunto e tentar compreender melhor o tema em estudo.

1.1 Contextualização do estudo

Tendo em conta as transformações ocorridas a nível mundial, como já referidas, é lógico que o estilo dominante de algumas regiões do planeta, é insustentável.

Neste sentido, foram adoptadas várias resoluções em conferências e outros fóruns internacionais para obviar a situação catastrófica que espreita o mundo. No domínio da educação podemos citar a resolução nº57/254 das Nações Unidas, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), aprovada em dezembro de 2002, durante sua 57ª sessão, que proclama uma “década da educação para o desenvolvimento sustentável”. Foi neste âmbito que a UNESCO elaborou o programa intitulado “Década da educação para o Desenvolvimento Sustentável: 2004-2014”, o qual tem como principal objectivo “integrar os princípios, os valores e as práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e a aprendizagem”, levando-nos à questão desta investigação.

1.1.1 Questão de investigação

Qual o contributo da disciplina Educação para a Cidadania (EPC) na capacitação dos alunos na Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Escola Secundária Manuel Lopes?

1.1.2 Objectivo Geral

-Compreender o contributo da disciplina de EPC na capacitação para o desenvolvimento sustentável.

1.2.3 Objectivos Específicos

- Identificar as orientações de política em relação a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em Cabo Verde;
- Classificar os conteúdos curriculares da EPC na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- Explicitar a concepção da EDS na perspectiva dos professores e dos alunos;
- Analisar as práticas do professor na perspectiva de EDS.

1.2.4 Estrutura da dissertação

O estudo está estruturado em quatro capítulos e com os seguintes conteúdos: a parte introdutória do trabalho onde também se apresentam as motivações do estudo, os objectivos gerais e específicos, a forma como o trabalho se encontra estruturado, para além de se procurar demonstrar a relevância do tema.

O Capítulo I apresenta uma teorização sobre o ensino e educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, EPC e EDS, bem como, o papel da EPC sobretudo no currículo escolar e a importância da EDS.

O Capítulo II apresenta as considerações gerais de enquadramento de Cabo Verde, bem como, as características do sistema educativo cabo-verdiano, em especial, o ensino secundário, o organograma e a evolução da disciplina EPC em Cabo Verde. O capítulo ainda retrata as características da ESML.

O Capítulo III relativo à metodologia, propulsor para o desenvolvimento da investigação, apresenta a caracterização da amostra justificando a sua selecção.

No Capítulo IV, foram apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, tendo sido sugeridas a partir da análise SWOT, propostas e sugestões que visam um conjunto de melhorias ao contributo da disciplina EPC na EDS.

Por último, foram tecidas as notas conclusivas seguidas das referências bibliográficas e dos respectivos anexos.

Capítulo I

1. Enquadramento teórico

A abordagem teórica está constituída essencialmente pela descrição e análise dos pontos de vista de vários autores que canalizam estudos e pensamentos em torno aos dois grandes tópicos, a “EPC” e a “EDS”, tópicos inseparáveis da educação para o desenvolvimento humano.

Nesse sentido realçamos que é uma preocupação do sistema de ensino cabo-verdiano e também das mais diversas sociedades, a educação de cidadãos responsáveis e capazes de tomarem decisões que vão de encontro ao bem-estar social e do respeito pelo próximo.

Pesquisar sobre o contributo da educação para a cidadania na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável, exigiu o esclarecimento prévio sobre alguns conceitos, de forma a compreender melhor essa área de educação, e bem como, constituir o referencial teórico de suporte ao desenvolvimento deste tema. Embora sejam vários os conceitos associados, optamos por precisar em primeiro lugar os conceitos de ensino e educação, e só depois incidir de forma muito particular sobre as diferentes vertentes da EPC.

1.1 O Ensino e a Educação

Falar das escolas, pressupõe falar do ensino e da educação, assim, para compreender o contributo da EPC na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável, convêm em primeiro lugar clarificar esses dois conceitos, que constituem a razão da existência das escolas.

Existe uma grande variedade de estudos, pesquisas e teorias relacionadas com a aprendizagem humana, onde de uma forma geral, tende-se a confundir o conceito do ensino com o de educação. Entretanto, referem a diferentes dimensões e enfoques de uma mesma realidade, ou seja, o ensino faz parte de um campo de conhecimento mais amplo chamado educação.

Podemos definir assim o ensino como “organização do ambiente onde pessoas se inter-influenciam directa ou indirectamente com o objectivo de atingir, através de actividades

variadas, resultados previamente determinados¹.” Mas, a educação é, porém, um conceito mais complexo, ou seja, diz respeito ao desenvolvimento humano, em suas trajetórias de vida, desde o momento de seu nascimento até a sua morte.

Segundo Libâneo (2004, p.222),

“A educação é um conceito amplo que se oferece ao processo de desenvolvimento unilateral da personalidade, envolvendo a formação de qualidades humanas: físicas, morais, intelectuais e estéticas tendo em vista a orientação da actividade humana na sua relação com o meio social, num determinado contexto de relações sociais.”

Para Demo (1996), a educação não é só ensinar, instruir, treinar, domesticar, mas sobretudo formar a autonomia do sujeito histórico competente, uma vez que o educando não é o objectivo de ensino, mas sim sujeito do processo, parceiro de trabalho.

A educação existiu desde sempre. O processo educativo na sua acepção mais clássica, remonta aos velhos tempos, desde os primórdios da humanidade, em que o homem sempre viveu e vive em comunidade. Contudo a verdade é que, a educação se transfere de geração em geração, como dados adquiridos dos mais velhos para os mais novos. Nesta linha, Durkheim (2001), define a educação como “(...) uma acção exercida pelas gerações adultas sobre os que ainda não se encontram amadurecidos para a vida social. Ela tem por objectivo suscitar e desenvolver na criança um certo numero de condições físicas intelectuais e morais que dela reclamam, seja a sociedade política, no seu conjunto, seja o meio especial a que ela se destina particularmente (...)”.

De acordo com o conceito defendido por Durkheim (2001), a educação consiste num meio de socialização das novas gerações, por isso, a considera como um facto social, pois a educação não é feita individualmente, como os filósofos imaginavam, mas sim é o colectivo que faz essa formação para as novas gerações.

A educação é um processo que, segundo Piaget (1984), “deve possibilitar à criança um desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório-motor até o operatório abstracto. Para construir esse conhecimento, as concepções infantis combinam-se às informações advindas do meio, na medida em que, o conhecimento não é concebido apenas como sendo descoberto espontaneamente pela criança, nem transmitido de forma mecânica pelo meio

¹ Prof. Doutor Gilberto Teixeira, em: <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/>.

exterior ou pelos adultos, mas, como resultado de uma interacção na qual o sujeito é sempre um elemento activo, que procura activamente compreender o mundo que o cerca, e que busca resolver as interrogações que esse mundo provoca”.

1.2 Cidadania e Desenvolvimento Sustentável

A cidadania, é um conceito muito antigo e presentemente vasto, abrangente e complexo. Etimologicamente, a palavra cidadania deriva da palavra cidade, remetendo-nos a expressão grega polis, cidades-estados antigas; tipo de organização a que é atribuído, pela maioria dos historiadores, o conceito tradicional de cidadania. Nesta fase, a cidadania se restringia à participação política de determinadas classes sociais. Cidadão era o que morava na cidade e participava de seus negócios, segundo Barracho (1994, p.11).

No séc. XVIII constatou-se uma evolução do termo cidadania e sua abrangência devido a Revolução Francesa que, estendeu o termo para todas as pessoas não importando a sua origem social, o que não acontecia na Grécia Antiga, onde escravos e estrangeiros não eram considerados cidadãos. Com a Revolução Francesa, a democracia e cidadania passam a andar juntas. Com o fim das guerras mundiais, o mundo se deu conta dos enormes custos da guerra em termos de vidas humanas. O horror registado na altura levou com que, entre outras coisas, os Estados, reunidos na ONU, aprovassem, em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No sentido amplo, a cidadania pode ser definida de acordo com Reis (2005)², como um conjunto de direitos e deveres do indivíduo no seio de uma comunidade jurídica e politicamente organizada. Ou seja, é o conjunto de complexas normas jurídicas que gerem as relações entre o indivíduo e o Estado. É geralmente entendida como um leque de direitos e deveres do indivíduo integrante de uma determinada comunidade, que passa a designar-se como cidadão. Geralmente, os deveres se relacionam com determinadas condutas que todos os seres humanos estão obrigados a cumprir de modo a assegurar ao resto da humanidade a possibilidade de viver em paz, com dignidade e com certas comodidades. Os deveres são um dos pontos mais importantes de todos os sistemas de leis e de constituições nacionais porque tem a ver com conseguir sociedades mais equilibradas por onde todos possam ter acesso a seus direitos.

²Livro desenvolvido pelo Ministério da Cultura em 2010 derivado da compilação de informações advenientes de uma Mesa Redonda desenvolvida em 2005.

Para Marshall (2000, p. 34), “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade: todos aqueles que possuem o status são iguais em direitos e obrigações”.

Se analisarmos a evolução do conceito de cidadania (desde a antiguidade até à actualidade) podemos constatar que se manteve sempre ligado à vida em sociedade, impondo-se a partir da Revolução Francesa (1789) através do princípio da igualdade, liberdade e fraternidade e da proclamação da carta dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Na actualidade, o conceito de cidadania encontra-se interligado à igualdade de oportunidades social e à liberdade, que não podem ser perspectivas sem a existência da democracia. Isto é, para que os cidadãos possam exercer a cidadania é imprescindível a existência de um regime político democrático e respeitador dos direitos civis, políticos, sociais e culturais.

O conceito de desenvolvimento tem sido um dos mais importantes e polémicos nas Ciências Sociais. Mobilizador de vontades de mudança e de transformação das sociedades e dos indivíduos, tem servido também para avaliar e classificar o seu nível de progresso e bem-estar. O conceito de desenvolvimento sustentável evolui constantemente.

De acordo com o Relatório “Our Common Future”, genericamente conhecido por Relatório Brundtland, desenvolvimento sustentável é um modelo de desenvolvimento global que tem por objectivo permitir que as gerações actuais satisfaçam as suas necessidades, sem impedir que as gerações vindouras possam satisfazer as suas. Em grandes linhas, pressupõe que as pessoas, hoje e no futuro, alcancem um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico, bem como, de realização humana e cultural, usando racionalmente os recursos do planeta, preservando a biodiversidade e os habitats naturais.

Nas palavras de Branco (2001), o desenvolvimento sustentável ou também denominado desenvolvimento auto-sustentado, é um desenvolvimento não predatório, obtido de forma compatível com a preservação dos recursos naturais de um determinado país. Assim sendo, o desenvolvimento auto-sustentável, tem de ser autopreservante, no sentido de procurar, activamente, criar condições de autopreservação. Para Ferreira (2005), o desenvolvimento sustentável deve incluir os conceitos de equidade, as necessidades económicas da população e a ideia da tecnologia e das limitações sociais, como forma de dotar o ambiente para responder às necessidades actuais e futuras.

1.3 Educação para a Cidadania e Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Segundo Mogarro e Martins (2008, p:46) “A educação para a cidadania tem sido uma preocupação dos pedagogos e dos sistemas educativos através dos tempos, reflectindo-se numa preocupação em educar para os costumes, atitudes, posturas e relações com os outros, com Deus e o mundo”.

Recentemente, sobretudo nas sociedades democráticas, os autores enfatizam também questões como a participação cívica, cultural e política (na forma de voluntariado, associativismo), como sendo inerentes ao conceito de cidadania e à necessidade de promoção de uma cultura de responsabilidade individual e social. Esta dimensão tem levado alguns autores a salientarem a importância de “uma educação na cidadania em vez de para a cidadania e a diferenciar a cidadania passiva (direito de votar, de aceder à educação, dever de pagar os impostos e cumprir as leis) da cidadania activa, entendida em simultâneo como direito e dever de participar na vida social e política da comunidade” (Eurydice; 2005, p.34).

Pode-se então dizer que, a educação para cidadania apresenta-se como uma exigência e tem como principal objectivo, formar o indivíduo num cidadão munido de competências que lhe permite viver e conviver com os outros dentro de uma sociedade. Sendo assim, esta disciplina encontra-se assente nos quatro pilares da educação, aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a viver juntos e aprender a fazer.

De acordo com o QCA (2009), educar para o desenvolvimento sustentável passa, nomeadamente, por: (i) reconhecer a finitude de alguns recursos naturais e a necessidade do seu uso responsável; (ii) compreender as inter-relações entre as esferas: social, económica e ambiental; (iii) reflectir sobre futuros prováveis e preferíveis e a forma como os últimos podem ser alcançados; (iv) reconhecer que o desenvolvimento económico constitui apenas um aspecto da qualidade de vida; (v) compreender que a exclusão e as desigualdades sociais prejudicam o desenvolvimento sustentável para todos; (vi) nos respeitarmos mutuamente; e ainda por (vii) reconhecer a importância do uso e gestão sustentável dos recursos – repensar, reduzir, reparar, reutilizar, reciclar.

Educação para o desenvolvimento sustentável é uma educação destinada a preparar o futuro. Ela pretende nos tornar capazes de enfrentar os principais desafios da actualidade: a protecção do meio ambiente, o respeito pela biodiversidade e a defesa dos direitos humanos (UNESCO, 2009).

1.4 Papel da Educação para a Cidadania

A educação para a cidadania pode e deve ser desenvolvida no campo informal, caso das organizações não-governamentais, associações, etc, ou então no campo formal, através de sistemas de ensino. A nível do ensino secundário, deve ser objecto da educação para a cidadania, valores actuais, que afectam realmente a vida das pessoas, que envolvam relacionamentos interpessoais, que obriguem o aluno e a aluna a reflectirem sobre pontos de vista opostos e que, por isto, sejam controversas e que o permitem ter uma visão do mundo como um todo, com as suas diversidades culturais, linguísticas, de desenvolvimento, etc.

A abordagem dessas temáticas tem como finalidade capacitar os jovens para o desenvolvimento de três dimensões importantes para a vida em sociedade: a responsabilidade social e moral, visto estar a educação para a cidadania assente em valores; a participação na comunidade e a literacia política. Isto vem, de certa forma, ao encontro daquilo que Jacques Delors (1996), no seu Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, defende como dois dos quatro pilares da educação, ou seja, o desafio de aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros e aprender a ser.

De acordo com Delors (1996), aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros é, “hoje em dia, um dos maiores desafios da educação” (s/p), o que poderá ser concretizado através de iniciativas, dentro das escolas e das salas de aula, que permitam, num primeiro momento, “a descoberta progressiva do outro” e, num segundo momento, “e ao longo de toda a vida, a participação em projectos comuns”, sendo esse o exemplo, de educar para a paz e para a solução de conflitos.

A educação para o saber-ser visa, acima de tudo, preparar os jovens, e ainda segundo o Relatório Delors (1996), “para elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida” (s/p). Esta argumentação de Jacques Delors reforça, mais uma vez, a relevância dessa disciplina no desenvolvimento pessoal e social de crianças e adolescentes.

1.5 Papel da Educação para a Cidadania no Currículo Escolar

Para que a cidadania seja incorporada como uma prática quotidiana e toque para todos os sectores da sociedade, a educação para a cidadania impõe-se como uma exigência. Esse

movimento fez com que a questão da cidadania passasse a integrar os currículos escolares das diversas sociedades, e Cabo Verde não foge à regra.

Experiências noutras paragens têm mostrado que, na lógica da interdisciplinaridade, questões importantes que têm a ver com democracia, cidadania e direitos humanos, acabam por ser relegadas ao segundo plano ou abordadas de forma superficial. Diante disto, e tendo em conta o facto de que no mundo globalizado em que vivemos – influenciado por fenómenos como a imigração, segurança, diversidade cultural, sustentabilidade económica e ambiental, entre outros – não basta, como cidadãos, sermos detentores de direitos para sabermos fazer as melhores escolhas.

Com essas evidências, torna-se necessário a capacitação dos cidadãos para cumprirem os seus deveres e defenderem os seus direitos. Para tal, as opções mais viáveis seriam a introdução da EPC nos currículos escolares, quer como tema transversal ou como disciplina autónoma.

A importância da escola nesse processo, é que se tenha a convicção de que a EPC é um processo que deve ocorrer ao longo da vida, começando na família. Reconhece-se que a escola deve ter um papel de destaque na formação de cidadãos bem informados e formados, uma formação que tenha em conta aspectos teóricos e práticos, saberes e competências. Beltrão e Nascimento (2000) afirmam mesmo que, “hoje cabe à Escola o papel fundamental (porque regulador de disparidades) de transmitir as referências culturais, de educar os jovens para uma participação criativa em círculos sociais cada vez mais alargados” (p.26).

Para tal a escola deve reconhecer e evidenciar nos currículos que a EPC não é um fim em si mesma, mas deve dar aos estudantes recursos que lhes permitam o exercício de práticas e atitudes cidadãs, de acordo com Beltrão e Nascimento (2000, p.26), “ancoradas na construção da identidade”, preparando-os, igualmente, “para a cooperação e a capacidade de trabalhar em equipa” e para desempenhar um papel activo na comunidade “(...)”.

1.5.1 Orientações Pedagógicas e didácticas

O ensino e a aprendizagem desta disciplina deverão estar assentes em metodologias activas, que promovam a interacção entre os estudantes, e entre os estudantes e os professores, a descoberta autónoma da procura de consensos, o estabelecimento de compromissos e as escolhas conscientes. São alguns dos métodos e técnicas que fazem parte

dessas metodologias, os trabalhos em grupo, os debates, simulação de situações, dilemas, estudo de caso, etc.

O docente deverá actuar como um coordenador das aprendizagens, promovendo a cooperação e a capacidade de trabalhar em equipa. Com base nestes pressupostos metodológicos, o trabalho com a disciplina deverá ser feito com recurso a uma série de métodos e técnicas que Beltrão e Nascimento (2000, p.67), dividem da forma seguinte, como exposto no quadro 1.

Quadro 1 – Métodos e Técnicas na disciplina de EPC.

Métodos e Técnicas
<p><i>Métodos de Observação Narrativos</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Registo anedótico e significativo (factos, interesses, etc) • Observação incidental crítica • Escala de observação e lista de controlo • Observação externa • Questionário de auto-observação (auto-avaliação) • Diários de turma • Registos áudio e vídeo
<p><i>Métodos de não-observação</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Questões de escolha múltipla • Questões envolvendo gráficos • Questões com colunas • Questões de associação • Inquéritos de sondagem/opinião • Escalas de atitudes • Escala de valores • Análise de produções e expressões: literárias, plásticas ou musicais; investigações e jogos de simulação e dramatização
<p><i>Métodos de Análise de Discurso</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Intercâmbios orais incidentais • Entrevistas

- Debates
- Assembleias de turma
- Visitas de estudo
- Observação em situação real (recreio)
- Dilemas morais
- Resolução de problemas
- Relato de histórias vividas
- Elaboração de contos

Avaliação do Ambiente

- Análise do sentido da comunidade educativa
- Análise da cultura moral da escola
- Análise do ambiente e clima afectivo da aula/escola
- Análise do currículo oculto da aula/escola
- Revisão do Plano Anual de Actividades e do Projecto Educativo da Escola

Fonte: Beltrão e Nascimento (2000).

E tendo em conta alguns dos princípios de Egan, citado por Marques, Ramiro (1995) in Educação Cívica e Desenvolvimento Pessoal e Social, defende que, para o ensino das Ciências Sociais, torna-se importante que as actividades realizadas propiciem, também, o envolvimento afectivo, levem o aluno a escolher entre questões opostas – “sobrevivência/destruição, medo/segurança, amor/ódio, coragem/covardia” e tenha em conta a faixa etária dos alunos.

Nesse cenário, o docente tem um papel importante, já que o ensino e aprendizagem se faz numa relação aluno/professor e vice-versa. Marques, Ramiro (1995) destaca que “os professores, pelo simples facto de interagirem com as crianças e adolescentes durante nove meses por ano, exercem um papel importante na formação pessoal e social dos alunos” (p.43).

Pretende-se, pois, do professor ou da professora de EPC, que saiba ouvir os problemas e dúvidas dos alunos e alunas, orientando para a busca de solução dos mesmos, que participem na busca de solução para os problemas vividos na sala de aula e na escola; que seja capaz de negociar com os alunos e alunas propostas, regras e consequentes sanções, quando essas se fizerem necessárias, enfim, fazer que os instrumentos de uma sociedade democrática sejam utilizados no dia-a-dia do processo de ensino e aprendizagem.

Para além do papel do docente e dos pressupostos metodológicos, a adequação dos conteúdos, no caso do primeiro ciclo do ensino secundário, teve em conta o nível de desenvolvimento físico e psicológico em que se encontram os alunos e alunas no referido ciclo. Assim o presente currículo contempla conteúdos como segurança, saúde, relações familiares, direitos humanos, consumo. Considera-se que, nessa fase de desenvolvimento, os adolescentes iniciam a procura de novos valores e princípios, e partem em busca de novas amizades que entram, muitas vezes, em choque com os familiares.

Por isso, as competências foram elaboradas de forma a poder dar ferramentas aos jovens para, no decorrer das experiências de vida, poderem agir de forma consciente – no que se refere à sua saúde, segurança, relações familiares, promoção dos seus direitos e respeito pelos deveres.

1.6 Importância da Educação para o desenvolvimento sustentável

Aprender sobre o desenvolvimento sustentável pode ajudar os educandos a compreender as necessidades e os direitos das gerações actuais e vindouras, bem como, a reflectir sobre a melhor via de lidar, de forma integrada, com os desafios levantados pelas alterações climáticas, as desigualdades ou a pobreza. Pode também motivar os alunos para o desejo de querer mudar as coisas para melhor, caso forem dotados de conhecimentos apropriados, das destrezas e dos valores cruciais para encarar e criar uma sociedade e um futuro sustentáveis (QCA, 2009).

Os pilares do Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (PEDS), na óptica de desenvolvimento sustentável, também estão alinhados com a agenda 2030, contribuindo para a consecução dos ODS (Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) com o objectivo de promover uma educação de qualidade para todos.

O Governo tem apostado na definição de uma visão e um conjunto de políticas e metas, mas também na revisão/e ou criação de instrumentos de regulação, fiscalização, monitorização e avaliação dos sistemas de ensino desde o pré-escolar ao superior, tendo como pressuposto a relevância do sistema para o cumprimento das metas do PEDS.

O planeamento da educação, no arco temporal 2017-2021 é parte integrante do PEDS em consonância com o programa do governo e a agenda para o desenvolvimento das nações unidas.

Segundo o Plano Estratégico da Educação (PEE), a visão da educação para o futuro revê-se em particular no ODS4, que desdobra-se em várias metas globais sendo uma delas: garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável e o estilo de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Uma educação para o desenvolvimento sustentável parte segundo Rodrigues e Silva (2013) de uma concepção que procura construir uma educação que esteja direccionada a estabelecer tanto uma formação comportamental individual, como concebê-la como um fazer colectivo. Desta feita, é crucial o papel da educação para atingir o desenvolvimento sustentável, reforçando a capacidade dos indivíduos, dos grupos, das comunidades, das organizações a formarem juízos de valores e fazerem escolhas no sentido de atingir o desenvolvimento sustentável.

Capítulo II

2. República de Cabo Verde e ESML

2.1 Considerações gerais de enquadramento de Cabo Verde

Situado no atlântico, a cerca de 650 km da costa oeste africana, a República de Cabo Verde é um país constituído por dez ilhas, com uma população residente aproximadamente de 492 mil habitantes, sendo a maioria do sexo feminino, concentrando-se 90% do total, em quatro das nove ilhas habitadas (Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo). Sua capital é a cidade da Praia, o maior centro urbano do país.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, Censo 2010), a população é essencialmente jovem, com uma idade média de 26,8 anos, sendo que cerca de 54%, tem idade inferior a 25 anos e destes 62% vivem no meio urbano. A taxa de fecundidade média das famílias cabo-verdianas é de 4,2 filhos por mulher.

Ainda no contexto demográfico, a INE prevê um aumento da população residente em Cabo Verde, principalmente devido a diminuição da taxa de mortalidade. Com o crescimento da população percebe-se cada vez mais a necessidade de investir na melhoria das condições no sector da educação, principalmente no que diz respeito a EDS.

É um país de poucos recursos sendo os mais relevantes a agricultura e a riqueza marinha do arquipélago. No entanto, a agricultura tem sido prejudicada por faltas de chuvas e está restrita a algumas ilhas.

2.2 O Sistema Educativo Cabo-verdiano

O sistema de ensino em Cabo Verde, vem sofrendo ao longo dos tempos, profundas transformações, com realce para primórdios da colonização portuguesa, passando pela monarquia liberal, república e Estado Novo, até pós-independência.

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE, 2018), o respectivo sistema em Cabo Verde, abrange o conjunto das instituições de educação que funcionem sob a

dependência do Estado ou sob sua supervisão, assim como, as iniciativas educacionais levadas a efeito por outras entidades.

O Decreto-Legislativo nº13/2018, procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo nº2/2010, que define as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, na redacção dada pela Lei nº 113/V/99, de 18 de Outubro.

Em 1990, com a aprovação da LBSE, revista nos anos supracitados, é estabelecido o novo quadro geral do sistema de ensino, tendo a referida lei estabelecido os princípios gerais da organização e funcionamento do sistema educativo cabo-verdiano, que inclui o ensino público e o ensino privado, fundamentados no livre acesso de todos à educação, independentemente da idade, sexo, nível socioeconómico, crença religiosa ou convicção filosófica de cada um.

São objectivos da política educativa (LBSE cap. II art. ° 10°):

- Promover o aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista a formação integral e permanente do indivíduo numa perspectiva universalista;
- Contribuir para a formação cívica do indivíduo
- Formar a consciência ética e cívica do indivíduo;
- Desenvolver atitudes positivas em relação ao trabalho;
- Preparar para uma constante reflexão sobre os valores espirituais estéticos morais e cívicos e proporcionar-lhes um equilibrado desenvolvimento físico;
- Reforçar a consciência e a unidade nacionais;
- Fomentar a participação das populações nas actividades educativas.

Assim, a organização do sistema educativo passou por várias reformas com a criação dos subsistemas de educação pré-escolar, escolar e extra-escolar, complementados por actividades de desporto escolar e os apoios e complementos socioeducativos, numa perspectiva de integração.

A educação pré-escolar visa proporcionar a formação e o desenvolvimento das potencialidades das crianças, de forma equilibrada para a sua socialização e preparação ao ingresso na educação escolar.

A educação escolar abrange os subsistemas do ensino básico, secundário e superior, bem como, modalidades especiais de ensino, e inclui ainda as actividades de ocupação de tempos livres.

A educação extra-escolar engloba as actividades de alfabetização, de educação básica de jovens e adultos e de formação profissional, numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, articulando-se com a educação escolar. O sistema educativo cabo-verdiano integra ainda a componente de formação técnico-profissional.

A figura abaixo, demonstra o organograma do sistema educativo cabo-verdiano.

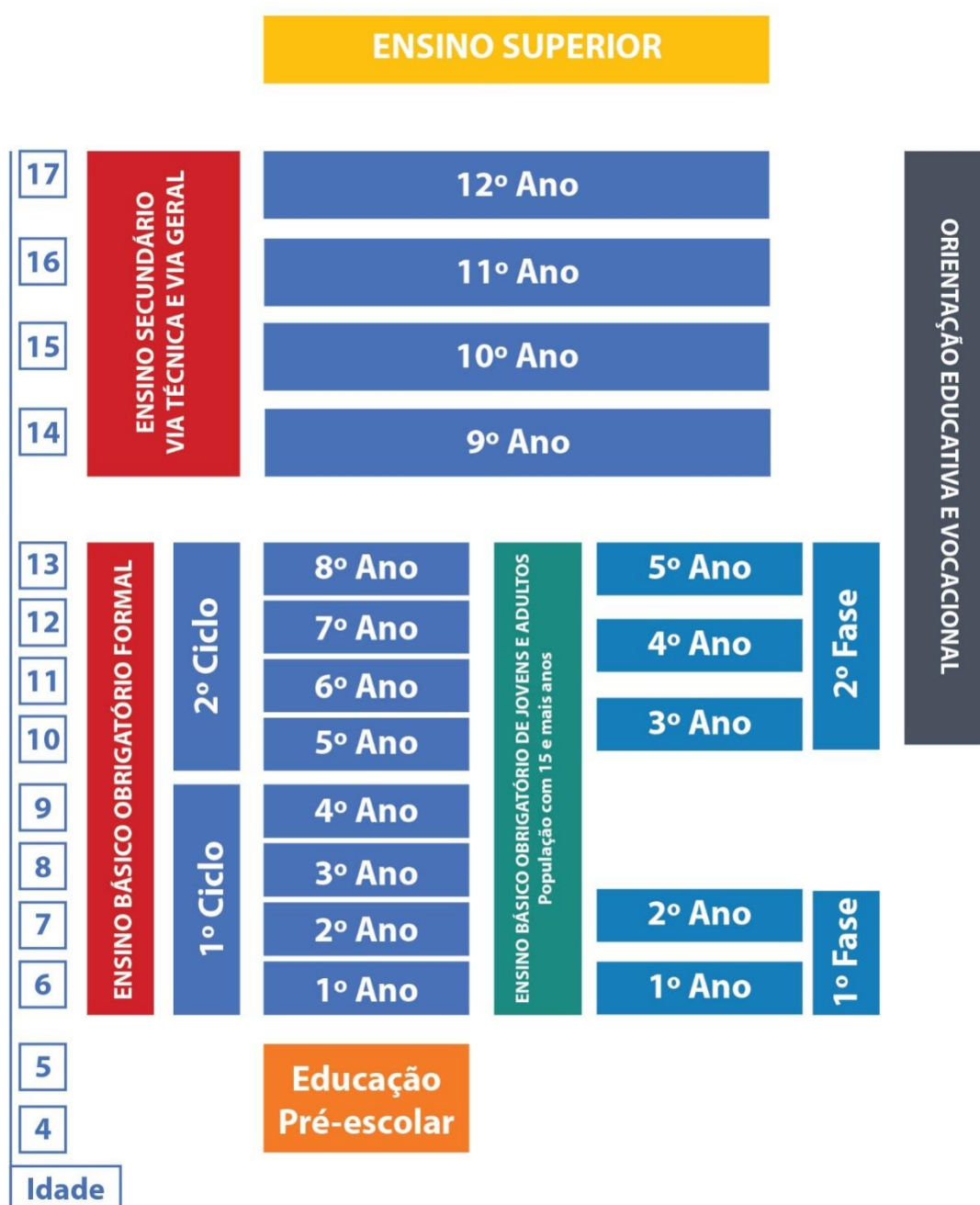


Figura 1 - Organograma do sistema educativo cabo-verdiano.

Fonte: Ministério da Educação.

Para além dos subsistemas de ensino, o sistema educativo comporta outros elementos ou subsistemas, como os de logística, apoio e complementos educativos, em que se destaca a Acção Social Escolar, que compreende os programas de apoios socioeducativos desenvolvidos, essencialmente, pela Fundação Cabo-verdiana de Acção Social Escolar (FICASE), por meio de: bolsas de estudo, transporte escolar, materiais didácticos, cantinas escolares, saúde escolar, etc.

2.2.1 A Educação Escolar: O Ensino Secundário

O ensino secundário vem sofrendo actualmente uma grande procura. De acordo com LBSE (2010), o ensino secundário dá continuidade ao ensino básico e permite o desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões obtidos no ciclo de estudos precedente e a aquisição de novas capacidades intelectuais e aptidões físicas necessárias à intervenção criativa na sociedade.

Visa possibilitar a aquisição das bases científico-tecnológicas e culturais necessárias ao prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa e em particular, permite pelas vias técnicas, artísticas e profissionais, a aquisição de qualificações profissionais para inserção no mercado de trabalho.

O ensino secundário tem a duração de quatro anos num ciclo único, do 9 ° ao 12 ° ano de escolaridade e estrutura-se em duas vias opcionais:

- Via Geral: destina-se ao aprofundamento e ao reforço das aprendizagens adquiridas no ensino básico e aquisição de bases científicas, tecnológicas e culturais necessárias ao progressamento de estudos ou ingresso na vida activa.

- Via Técnica: destina-se a aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos, competências sociais e profissionais para obtenção de uma especialização adequada.

A nível do ensino secundário, tem sido feita, de forma interdisciplinar, a integração da cidadania como disciplina, aos currículos escolares, nas disciplinas de História, Formação Pessoal e Social, Direito, Filosofia e Psicologia, entre outras. Desta feita, torna-se importante debruçar-se sobre a evolução da disciplina de EPC em Cabo Verde.

2.2.2 Evolução da disciplina de Educação para a Cidadania em Cabo Verde

No caso de Cabo Verde, avançou-se com a introdução da cidadania como disciplina autónoma. Isto tendo em conta que a educação formal tem um papel decisivo na consciencialização dos cidadãos, neste caso jovens estudantes, para o verdadeiro sentido da cidadania.

De forma transversal, e porque não dizer também implícita, a EPC esteve sempre presente nos currículos escolares de Cabo Verde, quer a nível do ensino básico quer do secundário. Entretanto, é com a LBSE de 1990/99 que destaca, no seu Artigo 22º, a necessidade do sistema de ensino “facilitar ao aluno o entendimento dos valores fundamentais da sociedade em geral e sensibilizá-lo para os problemas da sociedade cabo-verdiana e da comunidade internacional”, que a questão entra, explicitamente, para o sistema. Com isto, e outras preocupações, no que se refere a uma formação plena dos alunos, acabaram por ser absorvidas pela disciplina de Formação Pessoal e Social (FPS), que viria integrar os programas do ensino secundário a partir do ano lectivo 1996/97, com turmas do 7º e 9ºanos.

Procurando responder às preocupações de jovens do ensino secundário relativamente a temas relacionados com a sua vida, saúde e relações interpessoais, a disciplina de FPS não deixou de ser alvo de crítica por parte de alguns sectores da população, sobretudo, por trazer para o debate da sala de aula temas como a sexualidade, a gravidez precoce e os métodos contraceptivos.

A importância da disciplina na mudança de aspectos comportamentais pode ser aferida com base em diversos estudos feitos a nível escolar, nomeadamente aqueles desenvolvidos pela Associação Zé Moniz. Os dados desses estudos mostram melhorias em termos comportamentais, assim como, de conhecimentos científicos de temas como HIV/SIDA, uso de drogas e bebidas alcoólicas entre outros. Esses dados colocam desafios actuais que recomendam a introdução de um programa de Educação para a Cidadania.

A realidade mostra que preocupações levantadas na altura da elaboração do programa de FPS continuam presentes, tais como o desfasamento entre os conteúdos programáticos e o que na realidade a escola veicula – ou seja, da incoerência entre o currículo formal e o currículo oculto, da necessidade das escolas se adaptarem aos novos currículos, de investirem na formação de professores e professoras, da redução do rácio aluno/aluna/turma, da aproximação das instituições de ensino com a sua comunidade, enfim, uma série de sugestões pertinentes e actuais.

Importante destacar que a adoção de posturas cidadãs não será consequência apenas de um novo programa, uma nova disciplina, mas sim, reforçando-se novamente o que foi referido aquando da introdução da disciplina de FPS. Isto é, que essa disciplina pressupunha novos paradigmas para a gestão da escola, transformando-a num espaço do exercício da cidadania, da democracia e da tolerância. É fundamental para a juventude cabo-verdiana poder encarar o século XXI com novas ferramentas sócio-morais, com o espírito empreendedor e também solidário, que as instituições do ensino se transformem e que o desfasamento entre o currículo formal e oculto seja cada vez menor.

2.3 Caracterização da Escola Secundária “Manuel Lopes”

2.3.1 Contexto legal e localização

A Escola Secundária de Calabaceira é um estabelecimento de ensino secundário, criado, oficialmente, pela portaria nº3, de 17 de março de 2003, publicada no BO Oficial nº8 da I Série.

A denominada Escola Secundária “Manuel Lopes”, localiza-se na zona sul de Calabaceira³ ao lado das instalações da Escola do Ensino Básico de Calabaceira denominada “António Nunes”.

Manuel Lopes foi o último sobrevivente do movimento "Claridade", que abriu as portas do modernismo à literatura cabo-verdiana. O seu nome é considerado uma referência cultural insubstituível, o que também ficou registado como patrono desse estabelecimento de ensino.

2.3.2 Espaço físico

Ao ser criada, a nova Escola Secundária ganhou a autonomia administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar, pois, tinha como sede provisória a “Escola Regina Silva” o que aconteceu até fevereiro de 2006, data em que passou a ter sede definitiva, em edifício próprio, com excelentes condições pedagógicas.

A Escola central (sede) conta neste momento com 24 salas de aula, uma sala de directoria, uma secretaria, um auditório, um posto de saúde equipada com materiais para primeiros socorros, uma sala de informática, uma sala de professores, uma arrecadação, um laboratório para Física e Química, 8 casas de banho distribuídos para professores e alunos (anexo III).

Actualmente a escola foi equipada com um Gabinete de Inclusão e Promoção da Cidadania, com um psicólogo clínico que vem prestando apoio aos alunos e suas respectivas famílias respondendo às demandas e necessidades da escola e da comunidade. Da mesma, o referido Gabinete dispõe de um técnico superior responsável pela Orientação Escolar, Vocacional e Profissional.

³Um dos bairros integrantes da Cidade da Praia.

O Auditório da escola encontra-se equipado com mobiliários e materiais em ótimas condições e em bom estado de conservação, com capacidade para acolher 224 pessoas, com mesa de reunião, retroprojector, tela projecção, aparelho de som, colunas, entre outros.

Trata-se de um edifício moderno, com excelentes condições de trabalho, mas o número de salas revela-se insuficiente para o universo de alunos que procuram o ingresso neste estabelecimento de ensino.

Existe um pátio agradável, com mesas e cadeiras para o lazer dos alunos. Ainda no pátio consta um contentor devidamente equipado com equipamentos informáticos no quadro do Projeto Weblab, cuja acção está voltada para os alunos, num mundo de novas tecnologias, permitindo assim o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais.

Além disso, o espaço físico para o recreio é bastante amplo, permitindo grande liberdade de circulação dos alunos.

Existe um Pavilhão Desportivo, totalmente equipado, mas a demanda de alunos, ao longo dos anos, faz com que muitos se desloquem a uma grande distância para aulas de Educação Física, quer no Polivalente do Bairro Craveiro Lopes como na Placa desportiva de Vila Nova.

2.3.3 População escolar

A população escolar é composta pelo corpo discente, por pessoal docente e de apoio operacional.

2.3.3.1 Corpo discente

O corpo discente é constituído por 1717 alunos inscritos (início do ano letivo), distribuídos por 48 turmas em três ciclos, ou seja, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º anos, conforme o quadro 2 abaixo (de se referir que o quadro foi atualizado, registando-se no momento algumas desistências de alunos).

Quadro 2 – Distribuição de alunos na ESML por anos de estudo.

Ano de estudo	Efetivos		Total	Turmas
	Masculino	Feminino		
7º	158	122	280	8
8º	178	195	373	10
9º	143	244	387	10
10º	100	137	237	7
11º	82	105	187	6
12º	99	126	225	7
Total	760	929	1689	48

Fonte: Estatística da escola 2018/2019.

No 11º Ano, constam três turmas da área Humanística, uma turma de Económico e Social e duas de Ciência e Tecnologia. Referente ao 12º Ano, são duas turmas de Humanística, duas de Económico e Social e três de Ciência e Tecnologia.

A Escola acolhe estudantes provenientes das diversas zonas periféricas, próximas deste estabelecimento de ensino, nomeadamente de Achadinha, Bairro Craveiro Lopes, Calabaceira, Eugénio Lima, Fazenda, Pensamento, São Pedro-Latada, Vila Nova, São Martinho, João Varela, Safende, Ponta d'Água e Trindade. São zonas consideradas pobres, inseguras com grande prevalência de famílias monogâmicas e com vários problemas sociais nomeadamente o alcoolismo, a droga, a prostituição, etc.

3.3.3.2 Corpo Docente

As actividades lectivas na ESML, são asseguradas por 85 docentes incluindo os elementos da direcção, sendo 57 do sexo feminino e os restantes 28 do sexo masculino. De entre os docentes, encontram-se 18 coordenadores, sendo um para cada disciplina.

Tem-se um quadro de corpo docente estável em que todos os professores têm formação superior, bacharelato e curso médio, conforme elucidado no quadro 3. De referir que muitos professores estão em contínua formação.

Quadro 3 – Distribuição de professores de acordo com o grau académico.

Habilitação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Doutoramento			
Mestrado	7	2	9
Licenciatura	29	32	62
Curso Superior s. Licenciatura			
Curso Médio	1		1
Freq. C. Superior			
CFPEBC			
Bacharelato	10	3	13
Outros			
Total	47	37	85

Fonte: Estatística da escola 2018/2019.

De entre os docentes, encontram-se o Director da Escola, a Subdirectora para Assuntos de Inclusão Social e Promoção da Cidadania, o Subdirector Financeiro e Administrativo, o Subdirector Pedagógico e uma Secretária.

A Escola neste momento trabalha em permanente sintonia com a associação de pais e encarregados de educação, juridicamente reconhecida.

Em relação à estrutura organizativa, nota-se que todos os órgãos de gestão da Escola estão em pleno funcionamento com a participação dos Professores, pais, encarregados de educação, alunos e outros elementos representativos da comunidade educativa numa gestão participativa.

O estilo de liderança actual do conselho directivo da ESML pauta-se pelos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Assim, o objectivo primordial da escola é promover uma educação e formação de qualidade.

A nível pedagógico continua-se a apostar no grupo de apoio pedagógico com professores experientes e com formação pedagógica, auxiliando o subdirector pedagógico e os coordenadores nas suas várias atribuições legais, e é de se referir que todas as actividades de coordenação pedagógica estão sendo dinamizadas desde, as reuniões de coordenações, planificação de aulas, visitas às turmas, elaboração e aprovação dos testes sumativos passando pelas aulas de recuperação, reuniões com os alunos, professores directores de turma, pais e encarregados de educação, promoção de palestras, visitas de estudos, de entre outras actividades.

É de salientar que tem havido uma grande dinâmica dos diferentes grupos de coordenação pedagógica que em parceria com a direcção vem realizando várias actividades no sentido de melhorar não só a qualidade do ensino e aprendizagem, mas também da educação para valores.

Em relação ao funcionamento da Subdirecção para Assuntos de Inclusão Social e Promoção da Cidadania, pode-se considerar de muito positivo uma vez que está sendo desenvolvido um bom trabalho no sentido de reforçar a relação entre a escola e a comunidade através de mecanismos legais e informais maximizando a participação democrática da comunidade educativa nos diversos aspectos da acção educativa.

É de referir que a actuação da Subdirecção Pedagógica tem contribuído para maior integração social dos alunos apostando fortemente na promoção de igualdade de oportunidades e equidade no ensino, na educação para cidadania e na inclusão social.

Um outro aspecto importante, tem sido as diversas actividades não lectivas que a escola tem promovido em parceria com diversas instituições do Estado e ONGs, o que permite uma maior capacitação dos alunos.

3.3.3.3 Pessoal Auxiliar e Administrativo

O pessoal administrativo é constituído por 5 funcionários, a desempenhar função administrativa, na secretaria e biblioteca.

Restante pessoal de apoio operacional é composto por 8 empregadas de limpeza e 8 contínuos. Têm como função apoiar a direcção no exercício das actividades inerentes à sua

função lectiva e não lectiva. Existem ainda mais 4 guardas, sendo 2 nocturnos e 2 diurnos. É de realçar que existe um bom relacionamento humano entre todos os funcionários da escola o que permite a realização de um trabalho de equipa.

2.3.4 Segurança na Escola

Em relação à segurança, existe segurança interna na ESML que advém da existência de um bom relacionamento humano na escola e entre ela e toda a comunidade envolvente, uma gestão participativa e um certo controlo social dos pais e encarregados da educação sobre a escola. A existência e o funcionamento eficaz e a actuação célere do conselho de disciplina não só a nível de punição, mas principalmente, a nível de prevenção, têm contribuído para garantir não só a segurança interna da escola, mas também para preservação e higiene do espaço.

Uma conquista fundamental para a estabilidade interna e melhoria na qualidade de ensino/aprendizagem é a implementação do horário da direcção de turma, com excepção do 9º ano, em que cada director de turma tem uma hora semanal com a sua turma para trabalhar temas de promoção da educação para valores, cultura da paz e educação para a cidadania. É de salientar que este espaço é também aproveitado para se convidar técnicos de várias áreas científicas para fazerem mini- palestras com as diferentes turmas, além da participação dos pais e encarregados de educação nesse espaço como forma de conhecerem a vida escolar dos seus filhos e de terem um controlo social sobre a Escola.

Quanto a segurança externa, tem-se contado com o apoio do programa Policial “Escola Segura” que tem visitado a escola de uma forma regular. Além disso, tem-se recebido apoio da Esquadra Policial da Fazenda, tendo em conta que a escola se encontra sob a sua jurisdição.

2.3.5 Funcionamento

A escola funciona nos dois períodos normais, ou seja, das 7: 30 às 12:30 horas, no período de manhã, e das 13:00 às 18:00 horas, no período da tarde.

Cada período lectivo comporta cinco tempos lectivos, com uma duração de cinquenta minutos.

A entrada e a saída das aulas são reguladas por toques de sino. O primeiro sino indica a hora de entrada e, conseqüentemente, o início das aulas; o segundo sino é o da tolerância, que indica a falta do professor, e o terceiro indica o final do tempo lectivo. (Idem)

Para cada turma existe um delegado responsável pelo bom funcionamento da turma o qual, até a hora da chegada do professor, deverá ser o primeiro a entrar na sala e o último a sair. Na ausência do professor, deverá controlar o comportamento dos alunos, procurando manter a disciplina na sala.

As disciplinas de Educação Física e Utilização de Computadores são lecionadas no período contrário às outras disciplinas. Os alunos deverão comparecer às aulas devidamente uniformizados.

A ESML tem contribuído, sobremaneira, para o aumento do capital cultural e a formação pessoal e social dos jovens cabo-verdianos.

Capítulo III

Metodologia

Segundo Lakatos e Marconi (2002), a selecção da metodologia está relacionada de forma intrínseca ao problema a ser estudado, dependendo de factores como a natureza do fenómeno, do objecto da pesquisa e de outros elementos encontrados no campo de investigação.

Seguindo o exposto no parágrafo anterior, a elaboração deste trabalho obedeceu ao cumprimento de procedimentos operacionais e metodológicos a seguir descritos:

Revisão da literatura – foi efectuada com base na leitura de abordagens de vários autores, disponibilizados em livros, artigos científicos e outros trabalhos (memórias, dissertações e teses) que retratam os assuntos desta memória, com vista a fundamentar as teorias a serem descritas e discutidas ao longo deste trabalho científico;

Consulta documental – foi realizada com base na análise dos documentos da ESML (estatutos, regulamentos internos, relatórios, actividades, etc) com a finalidade de essencialmente caracterizar esta realidade em estudo, ou seja, um estudo de fontes secundárias sobre a EPC e EDS com o objectivo de conhecer os parâmetros desta disciplina e da EDS, caracterizando assim como a parte teórica.

Na parte prática, utilizamos as seguintes técnicas de recolha de dados: entrevistas semi-estruturadas à coordenadora e aos professores da disciplina de EPC na ESML, e aplicação de questionários em duas turmas do 7º ano e três do 8º ano.

As entrevistas tiveram os objectivos subsequentes:

- ✓ Descrever os conteúdos curriculares da EPC na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Explicar o contributo da disciplina na EDS na perspectiva dos professores;
- ✓ Analisar as práticas do professor na perspectiva de EDS.

Já, a aplicação do questionário, teve como objectivo primordial, explicar a concepção de EDS na perspectiva dos alunos da ESML. Foram assim, utilizadas as metodologias qualitativas, na análise e tratamento das informações recolhidas através das entrevistas e quantitativas, no tratamento dos dados resultantes da aplicação de questionários.

A pesquisa qualitativa trata-se de uma metodologia de investigação cuja tónica recai sobre a descrição, a indução, a teoria fundamentada, sendo que o estudo das percepções pessoais se reveste de grande relevância (Bogdan & Biklen, 1994).

Para Manzato e Santos (2012), a pesquisa qualitativa, tem gerado muitas controvérsias e discussões na medida em que normalmente não pode ser mensurada estatisticamente (relação universo amostra). No entanto sua aplicabilidade tem auxiliado tanto no apoio às pesquisas quantitativas, quanto como elemento informativo em si.

O tratamento dos dados da entrevista feita à coordenadora e aos professores, foi feito através de uma análise de conteúdo, visto que, os dados recolhidos foram trabalhados com base na qualidade das informações, tendo feito uma análise qualitativa. Assim, o estudo poderá ser perspectivado à partir de diferentes fontes de informação e recorrendo a uma multiplicidade de técnicas de recolha de dados.

Contrariamente, a pesquisa quantitativa trata-se de uma metodologia de investigação cuja tónica recai sobre a representatividade numérica, utilizando a medição objectiva e quantificação. Para Lakatos e Marconi (2002), a pesquisa quantitativa permite uma maior precisão, em que o investigador, com uma maior objectividade reproduz, compara ou generaliza situações semelhantes.

Os dados colectados resultantes da aplicação dos questionários, foram nesta perspectiva, tabulados e transformados em tabelas e gráficos e tratados estatisticamente recorrendo as ferramentas do Microsoft Excel.

3.1 Procedimentos de recolha de dados

A colecta de dados é a etapa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas seleccionadas e que para Lakatos e Marconi (2002); “[...] é uma tarefa demorada que exige do pesquisador muita paciência, um cuidadoso registo dos dados e de um bom preparo anterior”.

Para além de ter enviado uma carta aos docentes e a coordenadora da disciplina de EPC (anexo I), os mesmos foram contactados pessoalmente, a fim de lhes mostrar em que consistia o trabalho, os objectivos, demonstrando a importância das suas colaborações para o sucesso do trabalho. Após terem aceitado dar os seus contributos ao trabalho, foi feita a marcação das entrevistas.

A referida entrevista (anexo II) foi realizada oralmente, e com a permissão da coordenadora e dos professores, as respostas foram gravadas e posteriormente foram transcritas para o Word, ferramenta do Microsoft Office.

As sessões das entrevistas duraram aproximadamente entre 15 a 30 minutos e decorreram na biblioteca e em algumas das salas de aula da ESML onde trabalham os participantes no estudo, primando sempre por um ambiente calmo, de modo a não haver interferências nas respostas dos entrevistados.

Delineamos seis blocos, tendo especificado para cada um desses blocos um conjunto de tópicos que se revelaram importantes para a condução da entrevista. Para além disso, foram elaboradas questões que serviram de roteiro orientador das entrevistas.

O guião está assim dividido em cinco blocos temáticos. Apresenta-se de seguida, a sua estrutura, bem como, os respectivos objectivos no quadro 4.

Quadro 4 – Guião de entrevista dividido em cinco blocos temáticos.

Blocos temáticos	Objectivos específicos	Questões
Bloco A Legitimação de entrevista	- Agradecer a disponibilidade, informar sobre o objectivo e os benefícios do trabalho; - Colocar o entrevistado na situação de colaborador; - Garantir a confidencialidade das informações.	
Bloco B Dados de identificação	- Colher dados de identificação dos entrevistados.	Sexo Idade Formação de base Exercício de cargos
Bloco C Contributo da disciplina para a Educação para o desenvolvimento	- Explicar o contributo da disciplina na EDS na perspectiva do professor;	A disciplina de Educação para a Cidadania contribui para a Educação DS? No programa constam conteúdos relacionados com

<p>sustentável.</p>	<p>- Classificar os conteúdos curriculares na perspectiva do desenvolvimento sustentável;</p> <p>- Explicitar a concepção da EDS na perspectiva dos professores.</p>	<p>desenvolvimento sustentável?</p> <p>Conhece os conteúdos da EDS?</p> <p>Pode-se fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?</p> <p>Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?</p> <p>Para si o que é EDS?</p>
<p>Bloco D</p> <p>Práticas na perspectiva de EDS</p>	<p>Analisar as práticas do professor na perspectiva de EDS</p>	<p>De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?</p> <p>Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?</p> <p>As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?</p> <p>Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade?</p>
<p>Bloco E</p> <p>Orientações de políticas relativas à EDS?</p>	<p>Identificar as orientações de política em relação a EDS em Cabo Verde;</p>	<p>Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio?</p> <p>Já ouviu falar da Agenda 21?</p> <p>Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21?</p> <p>O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?</p>

Fonte: Elaboração própria.

No que tange às entrevistas, foi utilizado o universo de estudo por escolha racional, uma vez que os participantes foram escolhidos por terem uma ou mais características específicas, neste caso, coordenadora e docentes da disciplina EPC.

Para todos os participantes foi concebido um único questionário, onde cada um procurou responder o mesmo, de acordo com o conhecimento que dispunha, pois nem todos estavam preparados para responder integralmente todas as questões colocadas.

Assim, como já foi referido anteriormente neste trabalho, recorreu-se à entrevista como técnica de recolha de dados à qual se atribui uma importância significativa, sem, no entanto, esquecer a combinação e articulação dos dados obtidos através dela com os obtidos através da análise documental.

De acordo com Estrela (1994), na área de educação, as entrevistas fornecem dados de opinião que permitem avançar pistas para a caracterização da situação educativa, conhecer o professor enquanto interveniente educativo, bem como, as suas crenças, perspectivas e expectativas, ou seja, os quadros de significância que condicionam as suas opiniões.

Paralelamente à aplicação de entrevistas, foram numa fase mais avançada do estudo, aplicados um total 150 questionários (anexo III). Foi construída uma listagem das turmas a partir do 7º até o 8º ano de escolaridade da ESML, criando assim uma amostra de cinco turmas, sendo duas do 7º ano e três do 8º ano. Portanto, foram aplicados 66 questionários às turmas do 7º ano (33 cada) e 84 às turmas de 8º ano, como demonstra a tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Aplicação de questionários nas cinco turmas da ESML.

Ano de Escolaridade	Turmas	Quantidade de questionário aplicado	Total
7º Ano	A	33	66
	B	33	
8º Ano	C	22	84
	D	30	
	E	32	
Total	5	150	

Fonte: Elaboração própria.

Os questionários foram distribuídos com comunicação prévia ao director e aos professores. Em cada sala de aula esteve um professor presente durante a aplicação do mesmo. Foi explicado aos alunos sobre o procedimento para o preenchimento do questionário, retirando dúvidas sempre que necessário. Os questionários foram aplicados nos dias 26 e 27 de junho de 2019 (turmas do 8º e do 7º ano, respectivamente), nas salas de aulas da respectiva escola, durante os 20 a 30 minutos cada sala.

No questionário dirigido aos alunos constam 15 perguntas, que combinam respostas de escolha múltipla e abertas. As questões 1 e 2 caracterizam os alunos (sexo e idade) e as outras, isto é, 3 a 15, têm por objectivo recolher a opinião dos alunos sobre a EDS. Para todos os alunos foi concebido um único questionário, onde cada um procurou responder o mesmo, de acordo com o conhecimento que dispõe. Assim, apresenta-se no quadro 5, a estrutura do questionário, bem como, os respetivos objectivos e questões.

Quadro 5 – Estrutura do questionário aplicado aos alunos da ESML.

Estrutura	Objectivos específicos	Questões
Legitimação de entrevista	<ul style="list-style-type: none">- Informar sobre o objectivo do questionário e do trabalho;- Garantir a confidencialidade das informações;- Numeração do questionário.	
Dados de identificação	<ul style="list-style-type: none">- Colher dados de identificação dos alunos	Sexo Idade
	<ul style="list-style-type: none">- Entender a concepção de EDS	Para si o que é EDS?

<p>Concepção de EDS</p>	<p>na perspectiva dos alunos;</p> <p>- Perceber a noção ou ideia dos alunos à volta de EDS em Cabo Verde;</p>	<p>Em que costuma pensar quando se fala de EDS em Cabo Verde?</p>
<p>Contributo da disciplina de EPC para EDS</p>	<p>- Clarificar a relação existente entre EPC e EDS na perspectiva dos alunos;</p> <p>- Classificar os conteúdos curriculares na perspectiva do desenvolvimento sustentável.</p>	<p>A disciplina de EPC contribui para a EDS?</p> <p>Costuma relacionar a disciplina EPC com os problemas afectos a localidade onde reside? Se sim, exemplifica.</p> <p>Costuma integrar a EDS às suas práticas quotidianas? Se sim, exemplifique.</p> <p>Quais são os conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável na disciplina de EPC?</p> <p>Quais conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável gostaria que se incluíssem na disciplina de EPC?</p>
<p>Práticas na perspectiva de EDS</p>	<p>- Analisar as práticas do professor na perspectiva de EDS na ESML;</p> <p>- Explicitar práticas possíveis para alcançar uma EDS na perspectiva dos alunos na ESML.</p>	<p>Na sua escola os professores trabalham a EDS?</p> <p>Se a resposta anterior foi "sim", como a EDS é trabalhada na sua escola?</p> <p>A EDS é trabalhada na sua escola somente nas datas importantes referentes ao meio ambiente ou durante todo o ano?</p> <p>Na sua opinião, a EDS deveria ser trabalhada com mais frequência na sua escola? Se sim, porquê?</p> <p>Qual atitude considera ser primordial para se alcançar o desenvolvimento sustentável na ESML?</p>

Fonte: Elaboração própria.

3.2 Técnicas de análise e tratamento dos dados

Se não fossem sujeitos a análise e interpretação, os dados não teriam qualquer utilidade nem qualquer pertinência. Portanto, os documentos, as entrevistas transcritas e os questionários aplicados, foram submetidos à técnica de análise de conteúdo. Só assim seria possível a realização de um conjunto de inferências que permitiram a construção de um manancial informativo que deu suporte ao estudo, de acordo com Costa (2013), citado por (Semedo, 2018).

Deste modo, quanto aos procedimentos de análise de dados, aplicamos a análise de conteúdo, mais concretamente a análise categorial (Vala, 1986), que, no dizer de Quivy e Campenhoudt (1997, p. 228), citados por (Vieira, 2014) “consiste em calcular e comparar as frequências de certas características (...) previamente agrupadas em categorias”.

A análise de conteúdo (Bardin, 1995; Pestana & Gageiro, 2003) incidiu sobre dados gerados pelo investigador (entrevistas e questionários) e sobre dados invocados pelo investigador, caso de documentos de arquivo, legislação, relatórios, entre outros, tal como são referidos por Manuela Esteves (2007), que também especifica as etapas necessárias para a realização de uma análise de conteúdo temática.

Recorrendo à tipologia de análise de dados proposto por Maren (1995, cit. por Esteves, 2006), procuramos, neste estudo, lidar com dados produzidos pelo investigador como sejam os dos documentos de arquivo, programas, peças de legislação, livros ou partes de livros, planos de actividades, e com os dados suscitados pelo investigador, como sejam entrevistas semiestruturadas com apresentação de relatos de práticas, bem como, os questionários aplicados que foram tabulados e organizados.

3.3 Caracterização das populações inquiridas

A nossa entrevista foi dirigida a sete professores da disciplina de EPC incluindo a coordenadora da disciplina, ou seja, foi nosso objectivo seleccionar entrevistados cuja posição e/ou função pudesse ser potenciadora da obtenção de dados relevantes para o estudo, de modo a assegurar a sua validade e fidelidade, como já ficou referido anteriormente.

A maioria dos professores participantes tem entre 34 e 45 anos, de acordo com a representação apresentada na figura 2.

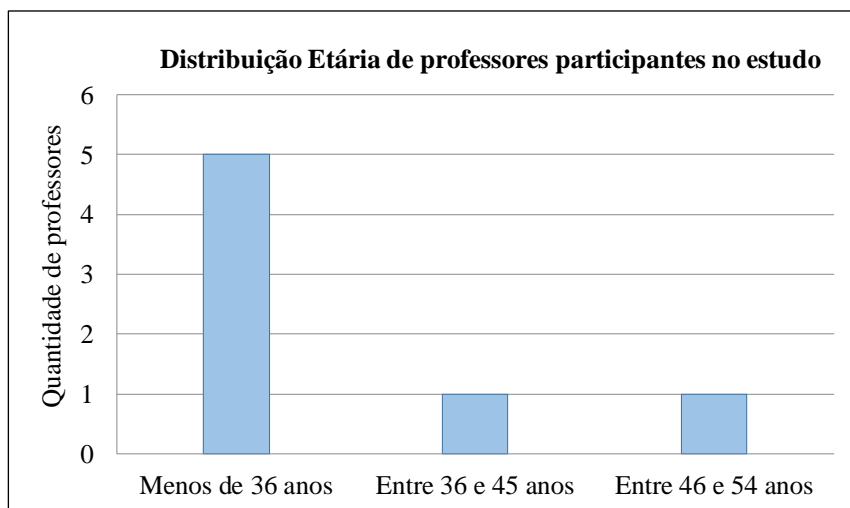


Figura 2 - Distribuição etária de professores da ESML participantes no estudo.

Relativamente ao sexo, verifica-se que um pouco mais da população é do sexo masculino, como consta na figura 3.

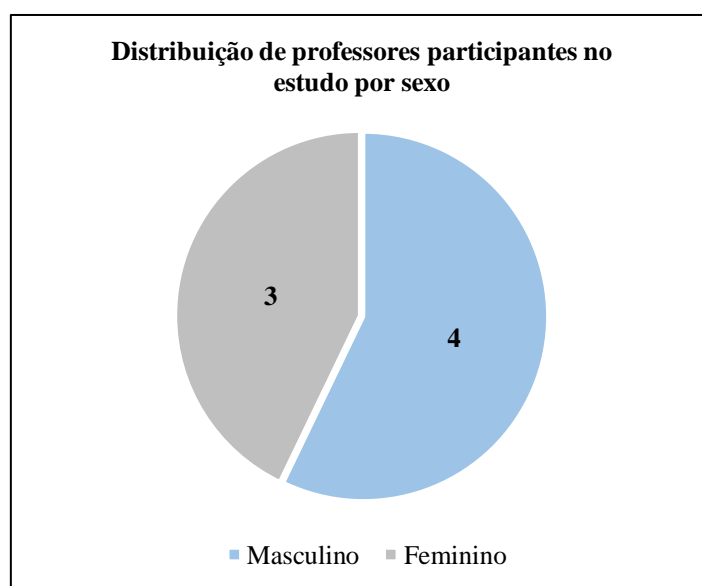


Figura 3 - Distribuição por sexo dos professores participantes no estudo.

No que diz respeito à formação de base, são cinco licenciados em Ciências de Educação, um em Psicologia e outro em Filosofia, sendo que dois deles possuem o grau de mestre. Apenas três exercem outros cargos entre os quais, dois que trabalham no gabinete de orientação e outro que faz parte da comissão de disciplina.

Referente ao tempo de serviço, há professores com vários anos de experiência como docentes (entre 16 a 20 anos de leccionação) e somente dois professores com tempo entre 7 a 8 anos de serviço.

Quanto à coordenadora, são da sua responsabilidade, as seguintes atribuições:

- ✓ Elaborar as linhas gerais do projecto educativo da escola;
- ✓ Elaborar e submeter ao concelho directivo o plano de formação e actualização do pessoal docente, bem como, acompanhar a sua respectiva concretização;
- ✓ Propor ao concelho directivo ou a assembleia da escola, soluções de natureza pedagógica para os problemas que afectam o estabelecimento de ensino;
- ✓ Propor a aquisição de material didáctico, laboratorial, informático, audiovisual, bibliográfico e outro necessário ao funcionamento da escola;
- ✓ Analisar o cumprimento dos programas;
- ✓ Apreciar problemas dos alunos visando a sua integração na comunidade escolar. (Decreto-lei nº 20/2002 de 19 de Agosto, artigo 35º)

De realçar que a relação entre o professor duma disciplina e o seu coordenador é estreita, e ambos crescem no sentido prático e teórico, favorecendo a confiança mútua e o respeito dentro da equipa. Assim, o trabalho do coordenador de disciplina é fundamental num trabalho de formação continuada em serviço, proporcionando a melhoria do desempenho pedagógico dos professores através da promoção da troca de experiências educativas quer pela assistência às aulas, como pela promoção de situações de debate e de reflexão.

Outras tarefas do coordenador de disciplina deverão passar por motivar e estimular o processo de tomada de decisão colectiva, visando alternativas para superar problemas, promover constante actividade reflexiva e aperfeiçoar medidas implementadas.

Resumindo, a figura do coordenador de disciplina mostra-se relevante e importante na medida em que sua função está centrada no pedagógico. Assume-se então, que o coordenador de disciplina tem uma função formadora para ajudar nas mudanças que se operam na sala de aula e na escola.

Para a presente investigação, tendo em conta as funções e o papel deste gestor intermédio, interessa assim compreender a sua participação e envolvimento na vida da escola.

O questionário foi aplicado às cinco turmas de alunos da ESML, como já mencionado: duas do 7º e três do 8º ano. Dos estudantes incluídos na amostra, a maioria em todas as turmas, são do sexo feminino, de acordo com a tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição dos inquiridos por sexo.

Ano de Escolaridade	Turmas	SEXO			
		F	%	M	%
7º Ano	1	23	34,84%	10	15,15%
	2	26	39,39%	7	10,60%
Total		49	74,23%	17	25,75%
8º Ano	3	15	17,85%	7	8,33%
	4	20	23,80%	10	11,90%
	5	16	19,04%	16	19,04%
Total		51	60,71%	33	39,28

Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos alunos participantes do 7º ano tem entre 13 e 14 anos de idade. Já, nas turmas do 8º ano, a maioria tem entre 14 e 15 anos, de acordo com a tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição dos alunos participantes de acordo com a idade.

Idade	Turmas			
	7º Ano	%	8º Ano	%
12 anos	8	12,12%	0	0%
13 anos	34	51,52%	18	21,42%
14 anos	21	31,82%	32	38%
15 anos	1	1,52%	19	23,00%
16 anos	0	0%	12	14,28%
17 anos	0	0%	1	1,19%
18 anos	0	0%	1	1,19%
Não repondeu	2	3,03%	1	1,19%
Total	66	100,00%	84	100%

Fonte: Elaboração própria.

Capítulo IV

Apresentação e discussão de resultados

Neste capítulo, apresenta-se os dados obtidos após a análise das entrevistas semi-directivas aplicadas aos professores e a coordenadora da disciplina de EPC.

4.1 Orientações de política em relação a EDS em Cabo Verde

O processo educativo contribui, em geral, para o desenvolvimento global e a escola cabo-verdiana, por si só, deve ser um centro educativo capaz de proporcionar o desenvolvimento integral do educando, em ordem a fazer dele um cidadão apto para intervir criativamente na elevação do nível de vida da sociedade.

De acordo com o Plano Estratégico de Educação (PEE), são tarefas fundamentais da escola e do processo educativo:

- Proporcionar à geração mais jovem a consciência crítica das realidades nacionais;
- Desenvolver e reforçar em cada indivíduo o sentido patriótico e a dedicação a todas as causas de interesse nacional;
- Desenvolver o apreço pelos valores culturais e nacionais e o sentido da sua actualização permanente;
- Estreitar as ligações do ensino e da aprendizagem com o trabalho, favorecendo a assimilação consciente dos conhecimentos científicos e técnicos necessários ao processo global do desenvolvimento do país;
- Incentivar o espírito criativo e a adaptação às mutações da sociedade, da ciência e da tecnologia no mundo moderno;
- Promover o espírito de compreensão, solidariedade e paz internacionais.

Apesar dos resultados significativos e crescentes a nível de educação em Cabo Verde, persistem ainda desafios, que foram identificados através da realização do diagnóstico aprofundado do Sistema Educativo realizado em 2014. Destacam-se, de entre as fragilidades diagnosticadas, segundo o PEE:

- Ausência de uma estrutura consolidada a nível da gestão administrativa financeira e pedagógica;
- Excessiva centralização e burocratização da estrutura de funcionamento das escolas;
- Aprendizagens insuficientes, sobretudo nas disciplinas de matemática e língua portuguesa;
- Elevado insucesso escolar no ensino secundário, etc.

Desta feita, o Ministério da Educação com base nos resultados obtidos através desse diagnóstico, elaborou em 2016 um projecto educativo materializado através da Carta de Política Educativa e do PEE 2017-2021.

A Carta de Política Educativa traduz os compromissos e as prioridades do Governo para o sector da Educação e descreve medidas de políticas para dar respostas aos desafios diagnosticados. O PEE 2017-2021 congrega toda política educativa, alinhado com o PEDS e com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, especificamente com o ODS 4.

O PEE é um instrumento de programação da responsabilidade do Ministério da Educação de Cabo Verde, que guia toda a planificação no sector de educação no horizonte 2017-2021, estabelecendo as principais linhas de orientação de política educativa, as estratégias e a sustentabilidade da sua implementação, enquadradas na situação macroeconómica do país e no conhecimento da situação do sistema educativo, dos sucessos e fragilidades e desafios que enfrenta.

O reforço da formação dos professores, a modernização da educação do ensino secundário ao superior, a gestão pedagógica centrada no aluno, a qualidade, eficácia e eficiência do sistema educativo, através de modelos e gestão focalizados na autonomia, na transparência, monitorização do sistema educativo e na participação dos seus actores, são algumas das incidências preconizadas pelo PEE 2017-2021. As mudanças que o PEE ainda preconiza, incidem sobre a educação especial com a adopção de uma política inclusiva, igualdade de direitos e oportunidades no acesso e sucesso aos estudantes e professores de ambos os sexos, as tecnologias de informação e comunicação para ampliação e actualização do acesso à educação e à informação.

Constituem assim, prioridades do PEE:

- Melhorar o acesso equitativo ao ensino básico obrigatório e gratuito até ao 8.º ano;
- Reforçar o acesso equitativo, a qualidade e a relevância do ensino secundário, com o objectivo de dotar os alunos com a literacia, a numeracia, as competências e as capacidades necessárias para o prosseguimento de estudos e ingresso na vida activa;
- Ampliar, modernizar e consolidar o ensino secundário geral e técnico a fim de proporcionar uma educação de qualidade e competências relevantes para o emprego e para o empreendedorismo;
- Ampliar o acesso equitativo a uma educação de adultos de qualidade orientada para o mercado de trabalho, a fim de satisfazer as necessidades básicas dos formandos em literacia, competências e conhecimentos;
- Garantir o acesso equitativo e regulado ao ensino superior.

A implementação prática das medidas previstas pelo PEE, só teve início no ano lectivo 2017/2018, designadamente:

- Aprofundamento do processo de universalização do acesso ao pré-escolar e introdução duma abordagem deste nível como preparatório para o Ensino Básico;
- Introdução da abordagem da Língua Portuguesa como Língua Segunda no 1º ano de escolaridade;
- Introdução das línguas inglesa e francesa como línguas estrangeiras no 5º ano de escolaridade;
- Isenção do pagamento de propinas a todos os alunos 7º ano de escolaridade, (estando já abrangidos os alunos do 8º ano lectivo 2018/2019) e a todas as crianças e adolescentes com deficiência que frequentem o 8º,9º,10º,11º, e 12º;
- Introdução do Mandarim como disciplina opcional aos alunos do ensino secundário dos concelhos de Santa Catarina de Santiago, Praia e São Vicente.

A transformação do sistema educativo cabo-verdiano enquadra-se no alinhamento do país com compromissos nacionais e internacionais. A nível nacional, o país assumiu os Compromissos para a Década (2016-2026), inscritos no Programa do Governo, orientados para o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde, com base em mais liberdade e mais democracia, pleno emprego, aumento de rendimento médio do país, maior e melhor segurança, etc. Nos compromissos internacionais, destacam-se os assumidos por Cabo Verde – Agenda de Ação das Nações Unidas (2016-2030), através dos ODS – que visam a criação

de um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

A partir das estratégias traçadas e das políticas, medidas implementadas, evidencia-se o papel da educação, que é, por excelência, um instrumento crucial para o combate à pobreza, para o sustento do crescimento económico, bem como, para o reforço da democracia e da participação de todos os cidadãos no desenvolvimento sustentável. Portanto, é uma ferramenta ferroz que contribui de maneira significativa nos processos de conscientização e transformação social e, no fomento de mudanças de paradigma necessárias para uma vida sustentável.

Aliás, o repto central das políticas educativas no próximo quinquénio, segundo o PEDS, é o desenvolvimento de um sistema educativo inclusivo e comprometido com o futuro, para todas as crianças, jovens e adultos cabo-verdianos, sendo possível, através da educação.

Para efeito, há necessidade de vencer os desafios e perseguir com as mudanças requeridas no sector educativo assegurando uma educação inclusiva e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, enquadradas em três eixos estratégicos, de acordo com o PEDS: o acesso equitativo, a qualidade e relevância e a gestão eficiente e eficaz.

Assim, é necessário fortalecer os conhecimentos, as capacidades e habilidades dos educandos e educadores para implementação da EDS em seus programas de ensino e suas áreas de actuação, oferecendo um espaço de diálogo e actualização profissional sobre processos pedagógicos que respondam às novas orientações e necessidades de educação para a sustentabilidade.

4.2. Caracterização dos conteúdos curriculares da educação para a cidadania na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Os conteúdos escolares são instrumentos indispensáveis aos educadores, sendo guiões essenciais para o aprendizado do aluno numa disciplina, que de modo grosso, fazem uma fusão do conteúdo teórico e prático. No entanto, é necessário uma seleção e pré-organização dos conteúdos a serem leccionados.

Para a da disciplina de EPC no contexto de desenvolvimento sustentável, é fundamental uma estruturação de matérias e programas virados para uma educação que visa contribuir para a formação de cidadãos responsáveis, autónomos, solidárias, que conheçam e exerçam os seus direitos e deveres e no respeito pelos outros, com espírito democrático, crítico e criativo, proporcionando condições férteis para um desenvolvimento auto-sustentado.

Nesta perspectiva, a escola constitui um importante contexto para a aprendizagem e o exercício da cidadania, constituindo em simultâneo, um ambiente favorável que estimula mudanças de comportamentos visando o desenvolvimento sustentável em termos de integridade ambiental, viabilidade económica e de uma sociedade justa para as gerações actuais e vindouras.

Esta ideia, é defendida unanimemente pelos professores entrevistados na ESML, concordando igualmente no contributo da disciplina EPC na formação de cidadãos lúcidos e conscientes das suas atribuições, quanto ao equilíbrio que deve existir entre os direitos e deveres do cidadão enquanto protagonistas de um desenvolvimento sustentável. Um dos professores justifica:

“Partindo do princípio que a EPC tem como propósito ajudar a formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, cidadãos responsáveis pelos seus actos, preparados para enfrentarem e vencerem as inúmeras dificuldades e incertezas do mundo globalizado, faz todo sentido que a EPC contribua para o desenvolvimento sustentável que, a meu ver, só se torna possível com cidadãos educados e bem preparados”.

Nesta perspectiva, evidencia-se o papel da EPC para a EDS, inclusive, pelos conteúdos curriculares inerentes à disciplina. Dos professores entrevistados, todos asseguram que constam alguns conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável na disciplina de EPC, embora, considerem alguns, ser uma introdução tímida, portanto, de um realce débil.

Dos conteúdos apontados, destacam-se:

- I. Consumo, consumismo, consumo responsável;
- II. Direitos humanos e do consumidor;
- III. Participação democrática;
- IV. Protecção ambiental e desenvolvimento sustentável;
- V. Educação sexual.

I. Consumo, Consumismo, Consumo Responsável

Para Milton Santos (2003), a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. As transformações ocorridas na sociedade têm provocado mudanças nos padrões de produção e de consumo. E o papel da mídia é visível pela sua manipulação, através de propagandas.

O consumo, por si só, é essencial à existência do homem, portanto, de qualquer sociedade. Mas quando, há uma extrapolação, um excesso de consumo e geralmente sem necessidade, fala-se do consumismo, tratando-se de um termo pejorativo. Em Cabo Verde, principalmente na Cidade da Praia, capital do país, o consumo tem mudado de figura ao longo do tempo, aparecendo como o grande fundamentalismo do nosso tempo.

Mudanças de atitudes, posturas mais conscientes em relação ao acto de consumir fazem-se necessárias. Portanto, consumos responsáveis, conscientes, evitam o desperdício, agindo positivamente nas finanças e meio ambiente que nos envolve. Para tal, são indispensáveis: a redução de consumo coagido pelo impulso, análise cuidadosa de produtos e serviços, utilização racional de água, apostar em materiais recicláveis e na reutilização, etc.

II. Direitos Humanos e do Consumidor

Os direitos humanos consubstanciam-se numa das mais poderosas forças ideológicas e institucionais e são direitos constitucionais. A constituição da República de Cabo Verde, reconhece a inviolabilidade dos direitos e liberdades, garantido a sua protecção. Assim, todos os cidadãos cabo-verdianos gozam dos direitos, das liberdades e das garantias e estão sujeitos aos deveres estabelecidos na Constituição: direitos, liberdades e garantias individuais, de participação, dos trabalhadores, direitos e deveres económicos, sociais e culturais. Entender esses direitos e os nossos deveres fundamentais, também consagrados na constituição, são importantes para uma participação activa na sociedade.

Em relação, aos direitos do consumidor, a lei cabo-verdiana de 1998 dos direitos do consumidor, aprova o regime jurídico de protecção e defesa dos consumidores, definindo as funções do Estado e das autarquias locais, os direitos dos consumidores e a intervenção das

associações de consumidores. A lei aplica-se aos bens, serviços e direitos fornecidos, prestados e transmitidos por quaisquer entidades privadas e públicas.

São direitos que estão presentes no dia-a-dia, sendo indispensáveis para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade. O conhecimento, entendimento e a aplicação dos nossos direitos enquanto cidadão e consumidor, são fundamentais para uma participação cívica coerente e pró-activa.

III. Participação democrática

A democracia participativa é uma forma de exercício do poder, baseada na participação dos cidadãos nas tomadas de decisões políticas. Constatamos que em Cabo Verde, a população tem-se organizado melhor em torno de várias questões e tem cobrado de maneira mais efectiva aos seus governantes. As exigências têm-se tornando mais complexas e fica evidente a necessidade da participação em conjunto entre representantes e representados.

Este novo tipo de democracia aparece associado a ideia de cidadania. Aliás, é uma condição para que a outra possa acontecer, pois, somente num regime democrático pode-se efectivamente falar-se na prática de cidadania.

IV. Protecção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável

A constante degradação ambiental mundial, e mesmo, em Cabo Verde, nos convida à uma reflexão profunda sobre o posicionamento antropocêntrico. Em Cabo Verde, de acordo com o conceituado Geógrafo, José Maria Semedo, os principais problemas ambientais cingem-se: na degradação do solo (o sobrepastoreio, a extração descontrolada de inertes, a agricultura de sequeiro nas encostas, construção civil descontrolada, proliferação de lixeiras selvagens, uso indiscriminado de pesticidas e fertilizantes), na redução da qualidade da água ligada à salinização da água subterrânea, nas zonas litorais, como resultado directo da sobreexploração e da extração de areia nas praias.

A complexidade destes problemas ambientais levou, segundo Gabriela e Cohen (*s.d*) ao surgimento de mais um conceito, o de cidadania ecológica, estando associadas a este termo, duas noções essenciais: a do direito que todos temos de viver num ambiente são, mas,

simultaneamente, às responsabilidades dos Estados e dos cidadãos para com a defesa desse valor.

Sendo assim, o desenvolvimento sustentável passa inevitavelmente pela preservação e conservação do meio ambiente, sendo necessárias aplicações de medidas estratégicas e preventivas. Da legislação para proteção ambiental produzida em Cabo Verde, destacam-se a Lei n.º 137/ IV/95, que autoriza o Governo a legislar sobre alguns crimes contra o Ambiente e o Decreto Legislativo n.º 14/97, que institui o Fundo do Ambiente para financiamento de actividades de proteção e restauração ambientais.

V. Educação Sexual

A educação sexual busca ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo, livre de preconceito e tabus, esclarecendo dúvidas sobre preservativos, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), organismo masculino e feminino, anticoncepcionais e gravidez.

O objetivo principal da educação sexual é preparar os adolescentes para a vida sexual de forma segura, chamando-os à responsabilidade de cuidar de seu próprio corpo para que não ocorram situações futuras indesejadas, como a contração de uma doença ou uma gravidez precoce e indesejada.

Em Cabo Verde, destaca-se o Programa Nacional de Saúde Reprodutiva de Cabo Verde (PNRSCV) que é um programa da Direcção Geral da Saúde (DGS), do Ministério da Saúde que visa promover o bem-estar geral, físico, mental e social da pessoa para tudo o que diz respeito ao aparelho genital, suas funções, seu funcionamento e não somente ausência de doença. Teve início em 2001, substituindo o Programa Materno Infantil e de Planeamento Familiar. São alguns dos seus componentes: Planeamento Familiar, Contracepção e prevenção das gravidezes precoces e das indesejadas; Prevenção, atendimento e seguimento dos abortos e suas complicações; Prevenção e luta contra Infecções Sexualmente Transmissíveis e VIH/SIDA, etc.

Entender este tópico é de extrema importância na educação para a saúde, na aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de atitudes e comportamentos saudáveis para uma vida harmónica em sociedade.

São conteúdos importantes abordados na disciplina de EPC que preconizam a actuação de cidadãos responsáveis, politicamente engajados, com um espírito crítico e comprometido com o desenvolvimento da sociedade focado igualmente nas necessidades das gerações futuras. Outros conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável na disciplina de EPC apontados pelos alunos, de acordo com o questionário aplicado, são:

- Trabalho Infantil e Educação de crianças;
- Desenvolvimento humano;
- Responsabilidade Social.

Um dos principais objectivos das agendas internacionais em matéria de direitos humanos, é a problemática do trabalho infantil, nomeadamente os direitos da criança. A Constituição da República de Cabo Verde, no seu artigo 74, define as normas de protecção das crianças, contra o trabalho e a exploração. Estipula que, as crianças têm o direito à protecção familiar, da sociedade e dos poderes públicos, permitindo o seu desenvolvimento físico e psíquico. De acordo com o INE, através do seu relatório trabalho infantil em Cabo Verde, o fenómeno atinge tanto meninos como meninas, nos meios, urbano e rural, com mais gravidade nos meninos e no meio rural.

O desenvolvimento humano, sob o ponto de vista evolutivo, sempre foi motivo de problematização. Tomando-se por base o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD), o desenvolvimento emerge como um “processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter” (PNUD, *s/d*). Essa perspectiva engloba factores económicos, ambientais, políticos e sociais.

A responsabilidade social é uma estratégia delineada, adoptada nas empresas para reduzirem seus impactes na comunidade, melhorando a vida de pessoas. Questões ambientais, estão, portanto, entre as principais abordagens de um projecto de responsabilidade social. Outras relacionam-se a saúde, cultura, educação, etc.

Contata-se pelos conteúdos expostos que a EPC pela sua importancia, contribui significativamente e de forma crescente para a EDS, sendo esse paralelismo cada dia mais presente e evidente, defendida também pela maioria dos entrevistados, sendo um outro ponto de convergência.

Para um dos professores, a EPC é, na verdade, a base para a EDS, na medida em que considera ser a cidadania o exercício de deveres e o usufruto de direitos numa determinada comunidade, que engloba a participação cívica, cultural e política, responsabilidade individual e social e a EDS, como a capacidade de reconhecer a finitude de alguns recursos naturais e a necessidade do seu uso responsável, o respeito mútuo e inclusivo.

Já para um outro professor, há uma interligação entre EPC e EDS, uma vez que, conteúdos de EDS acabam por ser uma boa parte, semelhantes aos conteúdos abordados em EPC, alguns pontos, de forma directa e indirecta. Essa correlação é também defendida pelos alunos da ESML, com percentagens significativas a serem consideradas, como demonstram as figuras 4 e 5 a seguir.

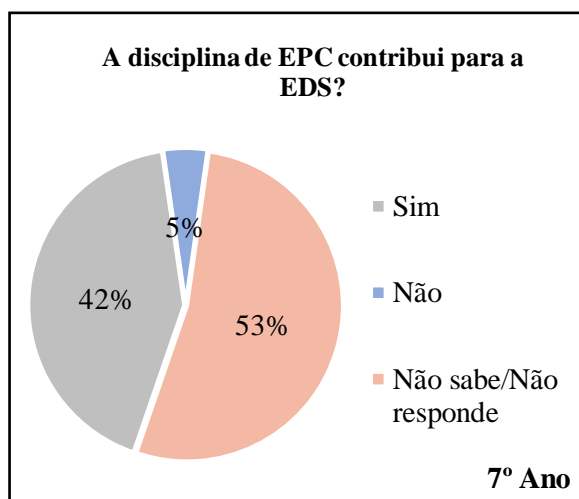


Figura 5 - Contribuição de EPC para a EDS.

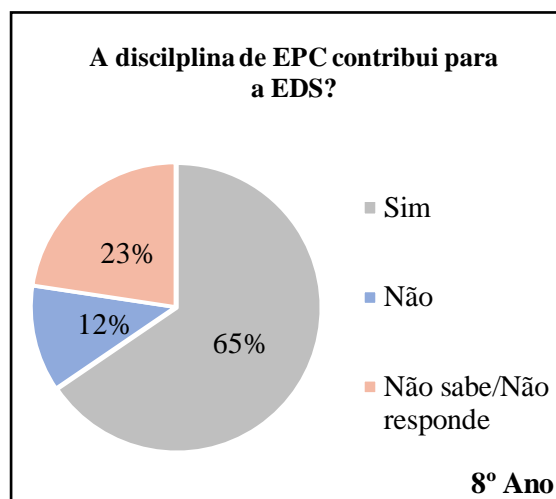


Figura 4 - Contribuição de EPC para a EDS.

A disciplina de EPC, pela sua dimensão, poderia abranger outros conteúdos programáticos na ESML, capazes de incutir no aluno a importância, o papel da disciplina para o desenvolvimento sustentável. Temas como segurança, igualdade de género, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais), educação financeira, empreendedorismo, educação intercultural, voluntariado, etc, que reforçariam mais ainda a EDS.

Neste sentido, questionados os alunos sobre quais conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável gostariam que se incluíssem na disciplina de EPC, das poucas respostas obtidas, responderam:

- Bullying;
- Conteúdos relacionados com o auxílio de crianças e de pessoas doentes;
- Afastamento dos pais.

São igualmente tópicos importantes e que fazem parte do nosso dia-a-dia. O entendimento de tais conteúdos, é de extrema importância enquanto cidadão que anseia um desenvolvimento auto-sustentado.

4.3 Concepção da EDS na perspectiva dos professores e dos alunos da ESML

A EDS é um processo gradual e para ter êxito deverá envolver grande parte das pessoas. Claro que as decisões políticas são extremamente importantes, porém, é fundamental que no terreno haja uma resposta generalizada. É neste contexto que a escola e a educação apresentam papéis essenciais, na sensibilização e preparação das pessoas para esse desígnio.

O ensino, por si só, tem a obrigação de levar os alunos a questionar certos avanços científicos e tecnológicos e a defender uma ciência e uma tecnologia que estejam ao serviço de um desenvolvimento sustentável.

Nesta óptica, torna-se importante analisar qual a concepção da EDS não só, na perspectiva dos professores, bem como, na dos alunos. Pois, são os professores responsáveis na transmissão de conhecimentos aos alunos estimulando-os ao debate, a criação de ideias sustentáveis e atitudes pró-activas, incorporando no dia-a-dia todas as práticas sustentáveis possíveis.

4.3.1 Na perspectiva dos professores da ESML

Dos professores entrevistados, apenas três (dois professores de EPC e a coordenadora da disciplina) souberam apresentar uma resposta que definisse parcialmente a EDS, convergendo nos pontos de educação e preservação ambiental, do meio que nos envolve, através da incorporação de valores e acções inerentes, como apresentados abaixo:

“É uma educação que incute um comportamento que satisfaça as nossas necessidades actuais, sem, no futuro, comprometer a vida do planeta, dos seres vivos, incluindo os seres humanos, que, assim como nós, merecem também viver num planeta salutar, que lhes ofereça todos os provimentos necessários para a sua prosperidade e, por que não, para a sua felicidade”.

“Disciplina voltada para a educação de pessoas no sentido de preservar os recursos que existem no planeta de forma que as gerações futuras não venham a sofrer com a escassez dos mesmos”.

“Educação que promove valores para preservar o meio ambiente”.

Nota-se que a percepção da EDS parece ainda um pouco ingênua e lacónica, principalmente pela superficialidade dos conhecimentos possuídos pela maioria dos professores entrevistados quanto aos seus conteúdos. Dos sete entrevistados, apenas cinco conhecem alguns dos conteúdos da EDS, esclarecendo um, que é em parte pelas acções de formação que vem participando, e dois assumem a necessidade de revisão de alguns pontos. Segundo a coordenadora, alguns desses conteúdos relacionam-se à agricultura orgânica, às estratégias de tratamento e destinação final dos RSU, como reciclagem de lixo e aterro sanitário.

No entanto, a EDS é um conceito muito mais vasto, mais abrangente do que as definições apresentadas e dos conteúdos referidos. Quando falamos em desenvolvimento sustentável, a educação é sem sombra de dúvidas um factor importante, não se restringindo unicamente à escola, sendo um processo permanente e que ocorre ao longo da vida. Em paralelo, o desenvolvimento sustentável não se refere unicamente aos cuidados com o meio ambiente, sendo igualmente um processo que inclui a viabilidade económica, sociedade justa e culturalmente diversa.

A ONU na sua Agenda 2030, estabelece entre os ODS, a Educação de Qualidade (ODS 4), a qual inclui entre suas metas a promoção da EDS e abordagens relacionadas, como a educação inclusiva, a educação para a cidadania global, os direitos humanos, a igualdade de género, entre outros. De acordo com a UNESCO, *“A EDS significa incluir questões-chave sobre o desenvolvimento sustentável no ensino e na aprendizagem.”*

Um outro factor, que demonstra claramente a inanidade dos conhecimentos da maioria dos professores, relaciona-se ao desconhecimento da declaração sobre a EDS feita pela Unesco. Apenas um dos professores afirma conhecer citando com certa dúvida:

“Se me lembro bem, a UNESCO salienta que através da educação para o desenvolvimento sustentável, os jovens de qualquer parte

do mundo, são levados a reflectir, de forma crítica, sobre a necessidade de manter e melhorar a qualidade de vida no presente sem destruir o planeta para as gerações vindouras. Conceitos fortes que, ao efectivar-se, poderá mudar o rumo incerto para onde o nosso planeta e toda a humanidade está a caminhar”.

A coordenadora afirma já ter ouvido sobre a respectiva declaração, no entanto, no momento da aplicação da entrevista não se recoradava dos conteúdos. Os outros categoricamente, desconhecem.

A declaração desenvolve e reforça a capacidade dos indivíduos, dos grupos, das comunidades, das organizações e dos países para formar juízos de valor e fazer escolhas no sentido do desenvolvimento sustentável. Pode ainda favorecer uma mudança de mentalidades, permitindo tornar o mundo mais seguro, mais saudável e mais próspero, melhorando a qualidade de vida.

Percebe-se com o presente levantamento realizado a partir das respostas dos professores, que ainda há um caminho árduo a ser percorrido no sentido de se construir uma escola voltada ao desenvolvimento sustentável, pois, o professor deve ser um conselheiro da aprendizagem dos alunos. Porém, o que se evidencia é que os professores estão longe dessa condição, por necessitarem de adquirir a base necessária para actuarem na construção de uma escola virada para EDS.

Em Cabo Verde, foi criada uma cultura de que é o professor e na maioria das vezes, este unicamente o responsável no desenvolvimento de conhecimentos dos alunos. Estes, devem de igual modo, assumir suas responsabilidades evitando centrar o professor como a única forma de transmissão de conhecimentos tanto com relação ao ensino como na promoção da aprendizagem. Como declara Maria Teresa Ambrósio⁴, deve-se buscar na capacidade de iniciativa do aluno, de procura de informação, na capacidade de transformação dos conhecimentos e projectos de acção ou projectos de investigação.

Desta feita, é fundamental analisar a concepção da EDS na visão dos alunos, para que se identifiquem e se trabalhem sobre as lacunas intrínsecas à questão, objectivando uma educação comprometida com o desenvolvimento sustentável.

⁴Fundação Calouste Gulbenkian – Colóquio/Educação e Sociedade.

4.3.2 Na perspectiva dos alunos da ESML

A partir da aplicação do questionário, pelas respostas obtidas, constatou-se que tanto nas turmas do 7º e 8º, desconhecem a EDS, isto é, a maioria nunca ouviu falar sobre a EDS (42% e 54%, respectivamente).

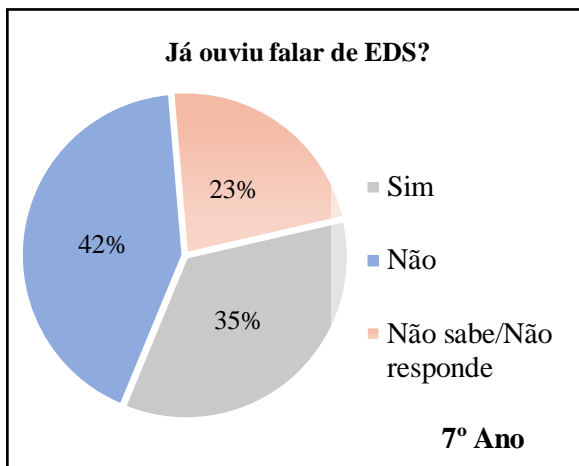


Figura 7 - Conhecimento de EDS.

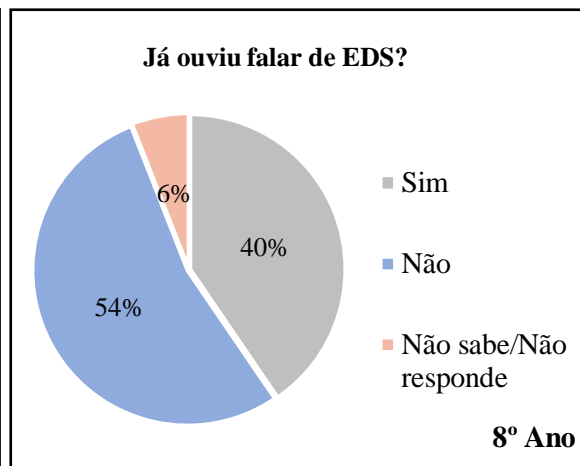


Figura 6 - Conhecimento de EDS.

Perante estas respostas, evidencia-se ainda que os 35% dos alunos da turma do 7º e 40% das do 8º, têm uma noção do que seja a EDS, por terem já ouvido falar a respeito. Esta disparidade explica-se claramente pela maior bagagem dos alunos do 8ºano. Questionados assim, sobre o que é a EDS, as respostas variam entre as duas turmas pela abrangência, complexidade e detalhes. As definições apresentadas pelos alunos do 7ºano são pouco consistentes e com lacunas, como podem ser constatadas pelas exposições abaixo de três alunos:

- "A EDS é uma educação que deve respeitar a si e aos outros".
- "A EDS é não incentivar as mulheres na apanha de areia e plantar árvores".
- "A EDS é gerar um futuro melhor".

São definições que revelam uma ideia inócua, breve e parcial de EDS, embora sejam elementos que fazem parte, mas não suficientes para defini-la. Com mais pormenores, as definições apresentadas pelos alunos do 8ºano destacam-se essencialmente pela riqueza de elementos, de conteúdos introduzidos nas definições. São algumas apresentadas:

- “Tem a ver com direito e deveres da sociedade e dos cidadãos e a viabilidade económica, os cuidados com o meio ambiente, diversidade cultural e uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras”.
- “É como ter um ambiente sempre saudável”.
- “Educar para que haja um desenvolvimento sustentável para as pessoas”.
- “É exercer a cidadania”.
- “É ter cuidado com o meio ambiente, ter uma sociedade equilibrada, forte e um povo educado e desenvolvido”.
- “É educar para que as crianças possam desenvolver a qualidade de um bom cidadão”.
- “É atingir o bem-estar pessoal e social”.
- “É uma educação para desenvolvimento sustentável”.
- “É um acto, ou seja, é tudo que mostra como um cidadão se comporta num meio, por exemplo, a responsabilidade social, a economia de um país e o desenvolvimento do meio”.
- “Educação para uma sociedade sustentável, ou seja, sem crime, sem violência, com tranquilidade”.
- “Cuidado com o meio ambiente”.
- “É proteger o meio ambiente”.

Os conceitos apresentados são mais consistentes e bem elaborados, embora, muitos recaiam somente sobre o meio ambiente ou focando por vezes o homem em si. Outras definições apresentadas, que demonstram um desconhecimento evidente do que seja a EDS, é o facto de considerá-la como “instituição onde educam para que possa crescer o sustento”; “disciplina que visa educar para um desenvolvimento sem danificar o ambiente”; “programa que nos ensina a ter uma boa educação para um bom desenvolvimento”. Esse resultado demonstra existir um conflito entre as respostas e o entendimento do que venha a ser EDS.

Outro ponto a destacar, é que nem todos que já ouviram falar de EDS não apresentaram uma definição sobre. Aliás, nesta óptica, questionados em que costuma pensar quando se fala de EDS em Cabo Verde, a maioria nas turmas do 7º, não soube explicar ou

responder (42%), enquanto que nas de 8º ano, a maioria escolheu a opção referente a sociedade justa (39%). Esta opção, foi a segunda mais escolhida nas turmas do 7º (23%). Somente 3% e 4% (7ºe 8º ano, respectivamente) escolheram todas as opções, ou seja, cuidados com o meio ambiente, viabilidade económica, sociedade justa e diversidade cultural, indo ao encontro do que seja verdadeiramente a EDS. Houve alunos que escolheram mais do que uma opção, duas e máximo três, como demonstram as figuras 8 e 9 abaixo.

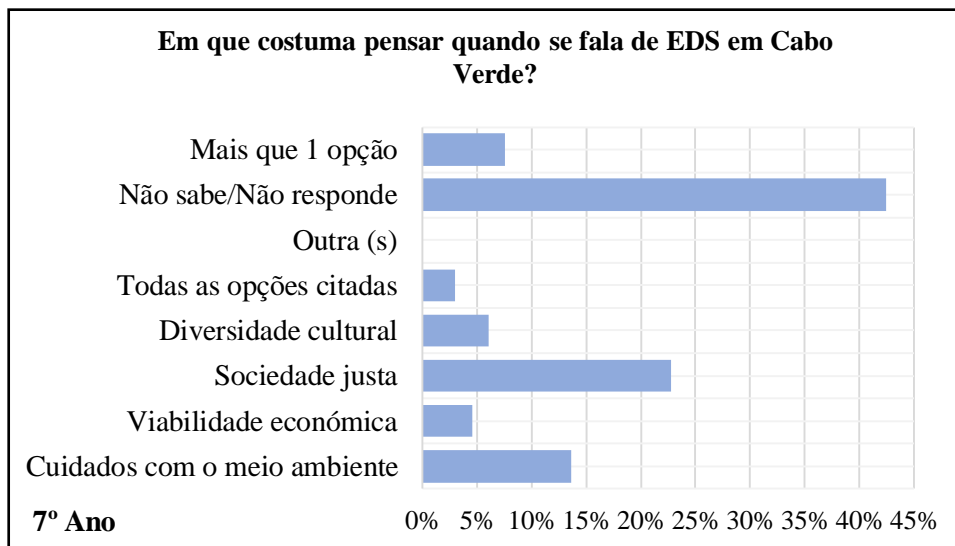


Figura 8 - Ideia de EDS em Cabo Verde.

Constata-se pela figura que os alunos do 7º ano tem uma visão restrita de EDS, por dois factores: pela tónica no homem em si ou no meio ambiente e pela percentagem elevada dos alunos que não souberam responder.

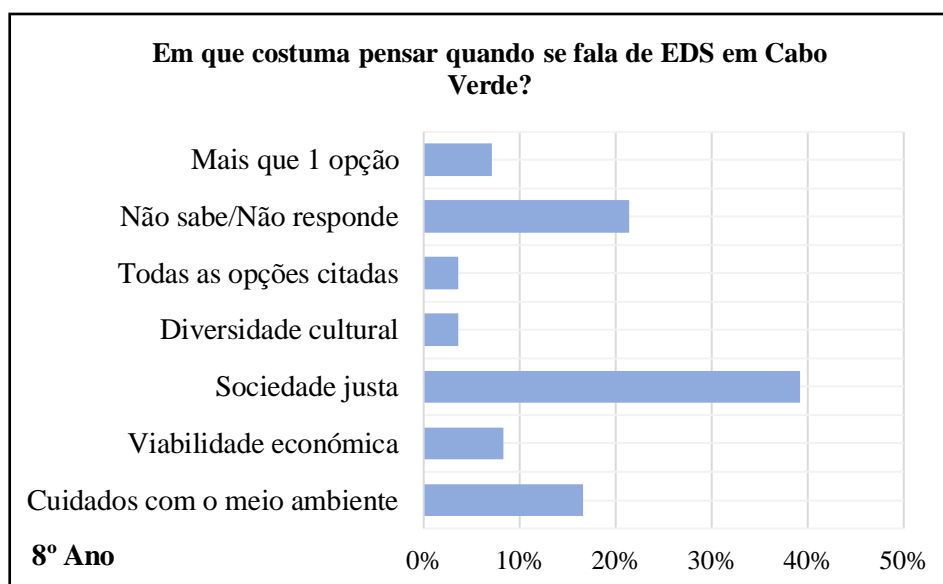


Figura 9 - Ideia de EDS em Cabo Verde.

São muitas as necessidades de aprofundamento teórico à volta de EDS, quer nos alunos, quer nos professores. Destaca-se, assim, a importância de investimentos na formação contínua de professores, para que possam contribuir para a formação de cidadãos com consciência crítica, capaz de interferir no contexto onde está inserido.

Os alunos por si só, que já têm como disciplina a EPC, devem procurar investigar, entender conceitos e relacionar fenómenos, não ficando à mercê do professor, sendo um aluno proactivo. Mas, é essencial o papel do professor enquanto orientador.

Entender a EDS faz com que se mude de comportamentos, que se crie ideias e que se aja pensando nas gerações futuras sem comprometer as presentes.

4.4 As práticas do professor na perspectiva de EDS na ESML

A incorporação de valores do desenvolvimento sustentável às práticas de aprendizagem e a mudança de postura rumo a uma sociedade mais justa e sustentável, tornam-se cada vez mais necessárias e urgentes.

O professor, enquanto orientador, tem um papel fundamental na transmissão de conhecimentos que compreende, a informação oral passada aos alunos, a percepção e a assimilação do assunto pelos alunos, etc. No entanto, o papel do professor não cinge somente na transmissão de conhecimentos, mas também no contributo para o desenvolvimento

psíquico do aluno, mostrando as regras, os direitos e os valores essenciais a uma boa convivência na sociedade. Com base nesta premícia, a importância do diálogo entre professores e alunos é fundamental por ser um mentor e pelo seu papel mediador e orientador.

Dos professores entrevistados, a maioria assume dialogar com os alunos, como no início das aulas, caracterizadas por conversas breves, esporádicas e centradas na família, nos problemas enfrentados pelos alunos, sobre drogas, marginalização, o que auxilia na identificação de tratamentos e abordagens a serem aplicados, permitindo assim, agir com mais assertividade. Dois professores assumem claramente não conversarem com os alunos, justificando um, pelo cumprimento centrado no programa estipulado.

Torna-se igualmente importante realçar que embora o diálogo seja frequente, um dos entraves constatados para uma comunicação efectiva com os alunos, relaciona-se, na opinião de um dos professores, com as turmas cheias diminuindo a eficácia. E acrescenta: “a estatística mostra que as turmas com menos alunos têm mais eficiência”.

Os alunos da ESML provêm de bairros periféricos e circundantes ao bairro da Calabaceira, caracterizados por problemas de ordenamento do território, nomeadamente: problemas urbanísticos, de saneamento e problemas sócio-económicos, resultando daqui, um conjunto de agravos sobre o território e problemas relacionados à sustentabilidade.

Inadagados os professores se as localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS, todos, responderam convictamente que sim, exemplificando e enumerando cinco dos entrevistados, os seguintes:

- Exploração de pessoas pelos desconhecimentos de seus direitos;
- A não participação nas decisões importantes para o desenvolvimento da sua comunidade;
- Problemas sociais que dificultam o próprio desenvolvimento, relacionados com o álcool, droga, saúde. A falta de emprego explica as dificuldades e em parte, o consumo de álcool e drogas, ficando à margem da sociedade não contribuindo para o desenvolvimento da comunidade e conseqüentemente, não contribuem para um desenvolvimento sustentável;
- Problema de gravidez precoce que dificulta a aprendizagem dos alunos e chegando a idade activa de trabalho mais tardiamente o que prejudica o desenvolvimento sustentável;

- Problemas de ordem ambiental: saneamento básico, questão de higiene;
- Prostituição por causa das dificuldades familiares levando a outros problemas;
- Problemas de violência, sendo que a insegurança perturba o desenvolvimento;
- Família monoparental, pobreza, comportamentos agressivos desviantes, alunos com comportamento pouco pró-activo.

Diante de toda essa situação, torna-se importante o combate desses problemas evitando a crescente bola de neve. Importante ressaltar que as perspectivas propostas pela UNESCO têm o papel de prover informações para a educação e a aprendizagem do desenvolvimento sustentável. Inserir tais perspectivas no projecto pedagógico da escola é o primeiro passo para possibilitar qualquer processo de aprendizagem rumo à sustentabilidade.

Neste contexto, questionados da possibilidade de se relacionar a disciplina de EPC com os problemas afectos a localidade, a maioria considera que sim, embora admitem que se tem vindo a fazê-lo com pouca frequência. Opina um dos professores:

“Há muitos casos do dia-a-dia que servem perfeitamente de exemplos para conversarmos com os alunos. Não raras vezes, eles mesmos trazem situações do género para falarmos na sala. Acho até que isso devia ser programado.”

As tais problemáticas identificadas, têm sido, de forma tímida e transversal, trazidas para sala de aula. Os alunos são partes integrantes da ESML, sem dúvida alguma, sendo por este motivo, importante analisar o modo como encaram a EDS. Neste óptica, confrontando a mesma questão aos alunos inquiridos, poucos são os que costumam relacionar a disciplina de EPC com os problemas afectos as suas localidades (18% nas turmas do 7.º e 25% nas do 8.º).

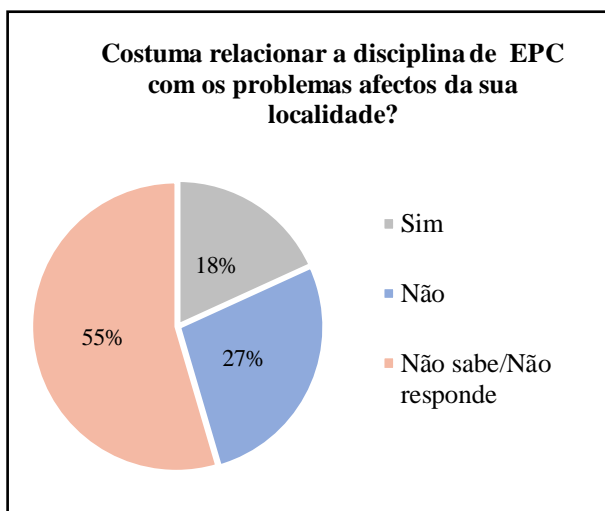


Figura 11 - Relação entre a EPC com os problemas afectos das localidades onde residem os alunos.

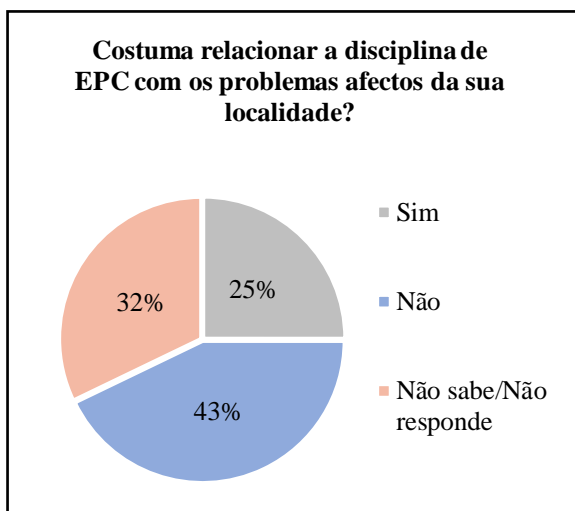


Figura 10 - Relação entre a EPC com os problemas afectos das localidades onde residem os alunos.

Dentre os alunos que costumam relacionar, apenas alguns exemplificam, convergindo a maioria das respostas com o fenómeno do *Bullying*. Outros exemplos prendem-se ao comportamento de pessoas na sociedade, ao descarte dos RSU e limpeza da comunidade.

Essa inter-relação e a incorporação dos problemas afectos na disciplina, é um passo essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de resolver problemas de desenvolvimento sustentável ligados aos alunos, estimulando o processo participativo na tomada de decisão.

Uma outra forma de se abordar as perspectivas da EDS é através da Agenda 21, que é instrumento de planeamento participativo visando o desenvolvimento sustentável. Tem por objetivo a construção do desenvolvimento sustentável garantindo a soberania popular e efectivando a democracia participativa.

Na ESML, a implementação da agenda 21 é ainda pouco visível, limitando-se, no geral, na aplicação dos conteúdos estabelecidos nos programas da disciplina de EPC. Por iniciativas próprias dos professores não estão a ser desenvolvidas acções que vão ao encontro da Agenda 21. A escola tem feito palestras com alunos sob várias temáticas, nas datas importantes, é de realçar também, a elaboração por iniciativa da escola de um projecto intitulado “amigo do ambiente”, em que cada grupo possuía um tema à volta do projecto.

Neste sentido, é de opinião de um dos professores:

“Deveria haver mais sensibilização, mais campanhas por parte do ministério das ONG’s e a escola tinha que ser alvo uma vez que é onde se formam pessoas. Por iniciativa própria a escola deveria fazer alguma coisa, mas infelizmente nem a direcção nem os professores se encontram sensibilizados para tal.”

Constata-se que a escola gradualmente tem desencadeado acções na perspectiva de EDS, no que toca à disciplina de EPC, à criação recente do Gabinete de Inclusão e Promoção da Cidadania e às palestras desenvolvidas somente nas datas significativas. Os professores da ESML, enquanto mentores e agentes activos, têm deixado muito a desejar, por focarem essencialmente nos conteúdos estabelecidos nos programas. O interesse é o motor para aquisição de conhecimentos, ou seja, a ideia é sujeitar os professores à uma formação que lhes cative para um efectivo papel mais pró-activo, mobilizando e incentivando debates dentro da sala de aula sobre os assuntos inerentes, incluindo temas de sustentabilidade no dia-a-dia dos alunos.

Nesta perspectiva, questionados os alunos se os professores trabalham a EDS na ESML, a maioria nas turmas do 7º e 8º ano, não soube responder (55% e 50%, respectivamente). Mesmo é o cenário quando questionados se a EDS é trabalhada na respectiva escola somente nas datas significativas ao meio ambiente ou durante todo ano, em que a maioria também não soube responder (73% e 50%, nas turmas do 7º e 8º ano, respectivamente). Para os alunos que responderam que sim, os professores trabalham a EDS na escola das seguintes formas como expostas nas figuras 12 e 13.

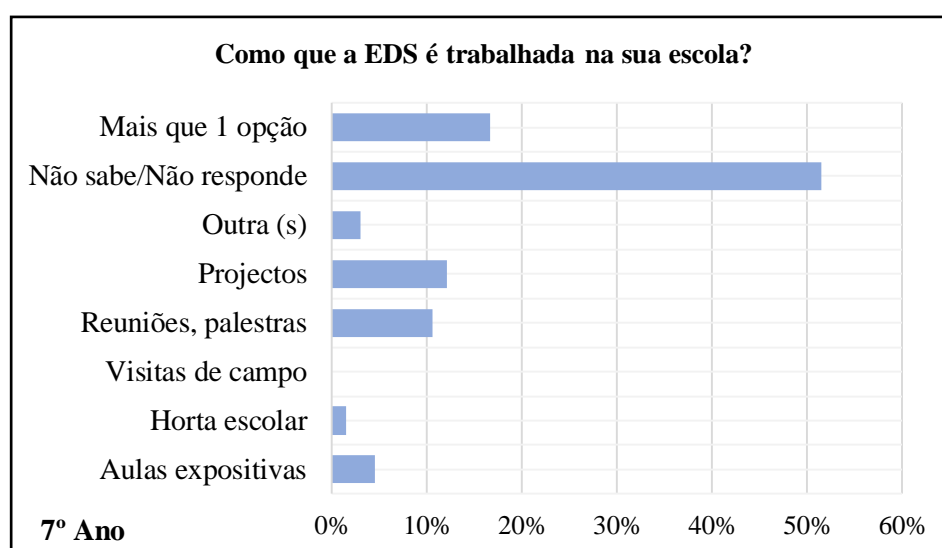


Figura 12 - EDS na ESML.

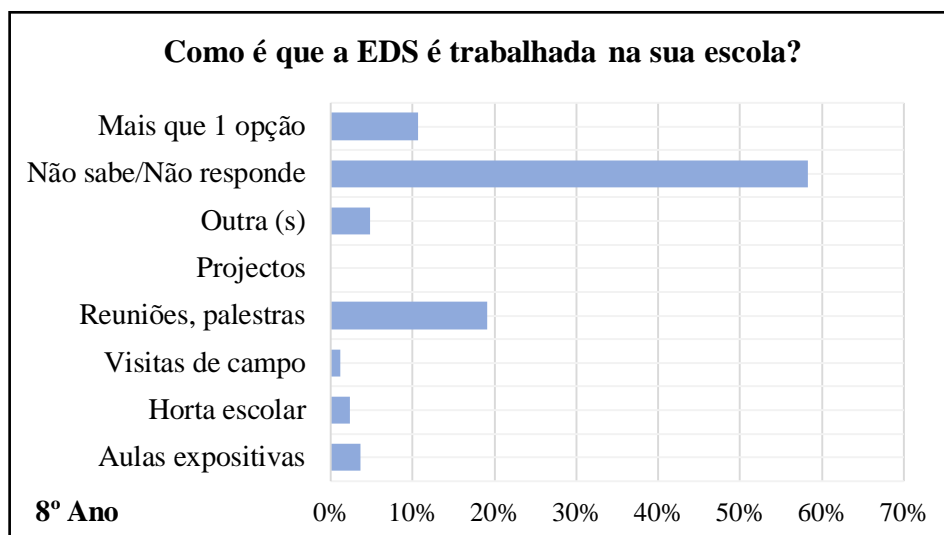


Figura 13 - EDS na ESML.

Constatam-se a partir destas representações de que o trabalho à volta de EDS na ESML resumem-se principalmente, de acordo com os alunos do 7º ano, na elaboração de projectos, reuniões e palestras. Já nas perspectivas dos alunos do 8º, a EDS é trabalhada na respectiva escola através de reuniões e palestras, bem como, de aulas expositivas, de campanhas de limpezas feitas na escola e de conselhos dados pelos professores (sendo estes dois enquadrados na outra opção). Repara-se que a maioria destas iniciativas são desencadeadas por parte da própria escola.

Deve haver uma conexão entre a teoria e a prática, aproximando a disciplina o máximo possível à realidade vivida pelos alunos, desde os problemas enfrentados nos seus bairros até os seus anseios. Daí o papel do diálogo entre os professores e alunos, sendo fundamental que os professores ouçam os problemas e dúvidas dos alunos, participando e orientando-os para a busca de solução sobre os problemas vividos na sala de aula, na escola e na comunidade.

Os professores da ESML devem procurar o interesse na leccionação da disciplina de EPC e na aplicação de conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável, inspirando atitudes semelhantes nos seus alunos. Estes, pelas respostas obtidas, integram muito pouco a EDS às suas práticas quotidianas, apenas 8% nas turmas do 7º ano e 10% nas do 8º (figuras 1 e 15).

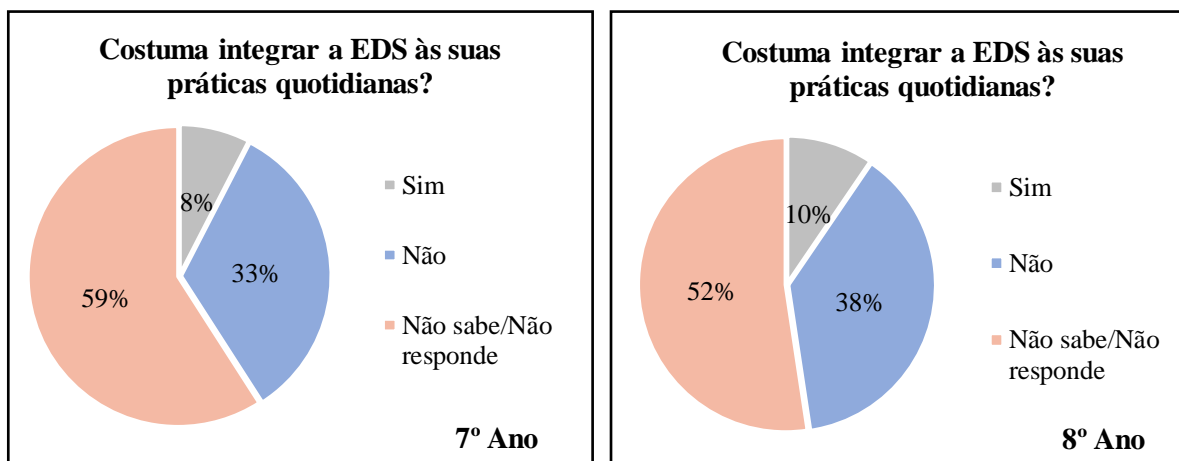


Figura 15 - Integração de EDS às práticas quotidianas **Figura 14** - Integração de EDS às práticas quotidianas.

Somente três alunos do 8º ano exemplificaram tais práticas, correspondendo a 4%. São práticas que se relacionam com a conservação do meio ambiente, em ajudar o próximo e em respeitar tudo que é positivo. Apesar da percentagem pouco significativa, são respostas animadoras.

É importante considerar as percentagens dos alunos que gostariam que a EDS fosse trabalhada com mais frequência na ESML, pela aquisição de mais conhecimentos e bagagens (figuras 16 e 17).

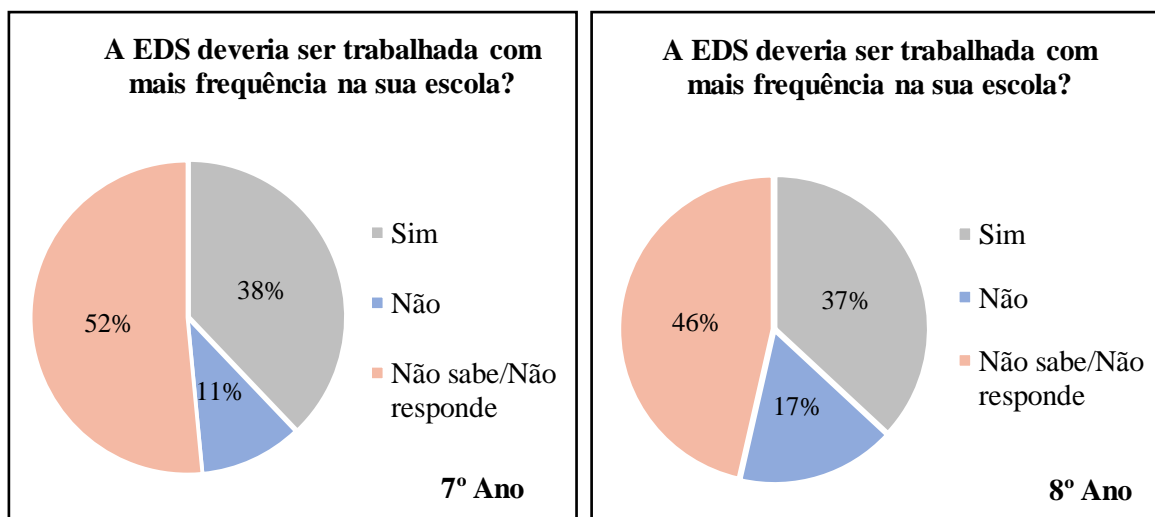


Figura 16 - Frequência do trabalho de EDS na ESML.

Figura 17 - Frequência do trabalho de EDS na ESML.

Os alunos do 7º ano, mostraram interesse para que a EDS fosse trabalhada com mais frequência na respectiva escola por considerarem interessante, por terem a possibilidade de aprenderem mais e de adquirirem mais informação à respeito. Inclusive é de opinião um dos estudantes do 7º ano:

“Gostaria que fosse trabalhada com mais frequência para podermos estar sempre atentos e aprender mais e não colocar as gerações futuras em perigo”.

Já os do 8º ano, para além de considerarem estes aspectos, vão mais além, defendendo a necessidade de se preservar e proteger o meio ambiente, ajudando no desenvolvimento do próprio cidadão. É na opinião de um dos alunos do 8º ano:

“Deveria ser trabalhada com mais frequência na ESML, para entender quais acções são necessárias para uma sociedade educada”.

Confrontados com a questão de qual atitude considera ser primordial para alcançar o desenvolvimento sustentável, embora a maioria não soube responder, a segunda opção mais escolhida pelos alunos do 7º ano foi a preservação do meio ambiente, sendo para os do 8º, a mudança comportamental (15% e 13%, respectivamente). As figuras abaixo demonstram as percentagens das opções escolhidas para tal questão.

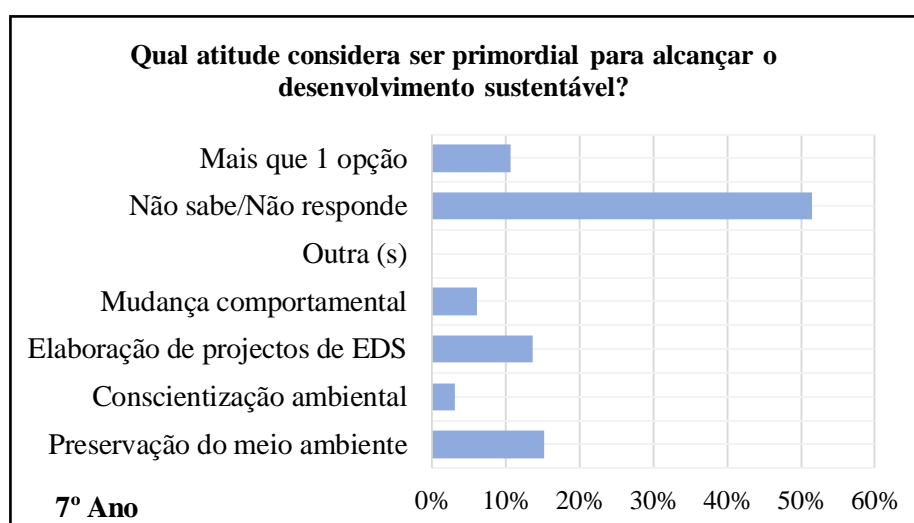


Figura 18 - Atitude para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Quadro 6 - Análise FOFA.

		Análise FOFA		
		Análise Interna	Análise Externa	
		Forças	Oportunidades	
		Fraquezas	Ameaças	
ESML	Construção recente e ganho da autonomia administrativa, financeira, pedagógica e disciplinar. Excelentes condições pedagógicas. Criação recente de um Gabinete de Inclusão e Promoção da Cidadania. Boa estrutura organizativa. Professores experientes e com formação pedagógica.	1.717 alunos inscritos distribuídos por 48 turmas. Número de salas insuficiente para o universo de alunos. Existência de apenas um pavilhão desportivo.	Abertura de novas salas de aula. Construção de uma placa desportiva.	Estudantes provenientes de diversas zonas periféricas, caracterizadas por vários problemas sociais.
	Políticas EDS em Cabo Verde	Existência e implementação dos PEE e PEDS. Bons resultados à nível de educação em Cabo Verde. O país assumiu compromissos para a Década (2016-2026), inscritos no Programa do Governo. Nos compromissos internacionais – Agenda de Acção das Nações Unidas (2016-2030), através dos ODS.	Algumas fragilidades identificadas pelo PEE a nível de Educação em Cabo Verde, como: aprendizagens insuficientes; elevado insucesso escolar no ensino secundário, etc.	Os pontos fracos identificados podem constituir-se ameaças na medida em que podem representar empecilhos para uma efectiva EDS no futuro. Influência das TIC sobre a EDS. Sobrecarga e pressão contínua nos alunos pela implementação prática de algumas medidas pelo PEE.
Conteúdos curriculares da EPC na perspectiva desenvolvimento sustentável	Existência de conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável na disciplina de EPC, como: consumo, consumismo, consumo responsável, direitos humanos e do consumidor, participação democrática; proteção ambiental e desenvolvimento sustentável; educação sexual. Outros conteúdos ainda destacados pelos alunos: trabalho infantil, desenvolvimento humano e responsabilidade social Contribuição da disciplina de EPC para o desenvolvimento sustentável, sendo a EPC a base para a EDS.	Introdução tímida dos conteúdos relacionados ao desenvolvimento sustentável na disciplina de EPC - de um relevo débil.	Possibilidade de abranger de outros conteúdos programáticos na disciplina EPC na óptica do desenvolvimento auto-sustentado.	Risco de não se chegar num patamar de desenvolvimento sustentável, pelas lacunas existentes quanto aos conteúdos da disciplina de EPC e sua real aplicabilidade.
	EDS na perspectiva dos professores e alunos da ESML	Conhecimento parcial dos conteúdos da EDS pelos professores. Definição mais coesa de EDS por parte dos alunos do 8º ano. Diálogo entre os professores e alunos no início das aulas, centrado na família, nos problemas enfrentados pelos alunos, sobre drogas, marginalização. Possibilidade de relacionar a disciplina EPC com os problemas afectos a localidade A escola tem feito palestras com alunos sob várias temáticas Elaboração por iniciativa da escola de um projecto intitulado “amigo do ambiente” A escola gradualmente tem desencadeado acções na perspectiva de EDS, no que toca à disciplina EPC, à criação recente do Gabinete de Inclusão e Promoção da Cidadania, etc.	Dos 7 apenas três professores souberam apresentar uma resposta que definisse parcialmente a EDS. Percepção da EDS um pouco ingénua, pouco técnica. Conhecimentos superficiais dos conteúdos da EDS pelos professores. A maioria dos alunos das turmas do 7º e 8º ano desconhecem a EDS e as definições apresentadas são básicas, pouco consistentes principalmente nas turmas do 7º ano. Dois professores assumem claramente não conversarem com os alunos. São conversas breves e esporádicas entre os alunos e professores. Turmas cheias considerado um entrave para uma comunicação eficiente entre alunos e professores. Lecionação da disciplina de EPC centrado no programa estipulado. A relação entre a EPC e os problemas afectos a localidade de onde provêm os alunos tem-se vindo a fazer-la com pouca frequência e mais pouca ainda pelos alunos. As problemáticas identificadas nos bairros de onde provêm os alunos, têm sido, de forma tímida trazidas para sala de aula. Na ESML, a implementação da agenda 21 é ainda pouco visível e pouco ubertoso. Por iniciativas próprias dos professores não estão a ser desenvolvidas acções que vão ao encontro da Agenda 21 na ESML.	Aquisição e aprimoramento pelos professores dos conhecimentos à volta da EDS. Aquisição pelos professores de uma base necessária para actuarem na construção de uma escola virada para EDS. Conexão entre a teoria e a prática, aproximando a disciplina de EPC o máximo possível à realidade vivida pelos alunos. Possibilidade de aprofundamento teórico à volta de EDS pelos alunos não ficando à mercê dos professores. Destacar, evidenciar o papel do diálogo entre os professores e alunos, criando oportunidades para que os professores ouçam os problemas e dúvidas dos alunos, participando e orientando-os para a busca de solução sobre os problemas vividos nas salas de aula, na escola e na comunidade. Os professores da ESML devem procurar o interesse na leccionação da disciplina de EPC e na aplicação de conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável, inspirando atitudes semelhantes nos seus alunos. Atitude mais pró-activa por parte dos professores, mobilizando e incentivando debates dentro da sala de aula sobre os assuntos e temas de sustentabilidade no dia a dia dos alunos. A sustentabilidade poderá ser trazida de maneira transversal pela ESML. Desenvolvimento de mais palestras independentes das datas importantes, realçando assim, sua importância.
Práticas do professor na perspectiva de EDS na ESML	Os alunos das turmas do 7º e 8º ano da ESML já têm consciência da necessidade de fazer algo para atingir o desenvolvimento sustentável			

Face ao exposto, é importante o delineamento de estratégias de modo a potencializar os pontos fortes, aproveitar as oportunidades e atacar os pontos fracos minimizando as debilidades identificadas. Nesta perspectiva, com base na análise FOFA, sugerimos as seguintes propostas:

1. Repensar as acções que incidem tanto no domínio curricular (reorientação curricular) como ao nível das actividades educativas não curriculares, especialmente daquelas que promovem o reforço de ligação da escola à comunidade. A intervenção a nível curricular deverá ser pensada não somente numa lógica aditiva de conteúdos, mas antes numa lógica de reorientação que atenda e dê realce às realidades e problemas locais de onde provém os alunos da ESML;
2. Urge generalizar e aprimorar a formação de educadores/professores impregnando-os princípios de EDS, atendendo à contínua necessidade de aquisição, interesse, aprofundamento de competências para promover a EDS. A formação de professores, deve ser altamente valorizada e revista e devem centrar-se em dimensões/temáticas do desenvolvimento sustentável e da EDS e que sejam o “núcleo duro” e estruturante. Sendo assim, é importante que os professores desenvolvam a capacidade de avaliar a sua própria prática e identificar o que urge melhorar, produzindo conhecimento profissional de base sobre o processo de ensinar;
3. Realização de palestras e trocas de experiências ao longo do ano lectivo na ESML com os vários intervenientes educativos (professores, auxiliares educativos, representantes dos alunos), com vista à identificação dos contributos, individuais e colectivos, para melhorar a sustentabilidade da escola;
4. Reforço do diálogo entre professores e alunos e das ligações entre a teoria e prática da disciplina de EPC que favoreça interrelações relevantes para a construção de um futuro sustentável. As salas de aula devem ser transformadas em espaços de vivência activa e cooperativa de experiências de sustentabilidade;
5. A ESML deve participar activamente na análise crítica e resolução de problemas locais de onde provém os alunos, utilizando as experiências de sustentabilidade comunitária como matéria educativa substantiva;

6. Constituição de grupos de trabalho que desenhem e actuem na criação de um plano para dez anos (com, pelo menos, metas intermédias de 5 anos) de transformação da ESML numa “Escola Sustentável” construindo experiências de sustentabilidade;
7. Desenvolvimento de actividades pedagógicas dentro da disciplina de EPC abordando actividades desarticuladas à volta da temática desenvolvimento sustentável como excursões, por exemplo. Em paralelo, podem ser desenvolvidas actividades integradoras que envolvem estudos do meio ambiente, da realidade, procurando soluções concretas aos problemas identificados.
8. Uma outra sugestão, é que a escola traga a sustentabilidade de maneira transversal, ou seja, que a escola trate o desenvolvimento sustentável nas mais diversas matérias e momentos.

As estratégias, baseiam-se resumidamente nos seguintes eixos orientadores e que se interagem:

- ✓ Aprendizagem;
- ✓ Conhecimento;
- ✓ Criatividade;
- ✓ Compromentimento com o presente e futuro;
- ✓ Prática didáctica.

Para uma efectiva concretização das estratégias traçadas, é fundamental a participação activa, voluntária, densa dos professores, alunos e de todos os actores da ESML. Evidentemente, que a disciplina de EPC tem um papel fundamental, mas o desenvolvimento auto-sustentado tem uma margem maior extrapolando os conteúdos lecionados actualmente na ESML. Por isso, necessita de todo um trabalho sistemático e intencional rumo ao desenvolvimento sustentável, sendo abrangente, colectivo, uno e possível.

Considerações finais

O desafio de realizar um estudo referente ao contributo da disciplina de EPC na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável, caso da ESML, demonstrou a necessidade de se debruçar e de adquirir conhecimentos mais precisos sobre uma temática importante e complexa.

A organização do sistema educativo cabo-verdiano passou por várias reformas ao longo dos tempos. Apesar dos resultados significativos e crescentes a nível de educação em Cabo Verde, persistem ainda desafios. Com base nisso, o Ministério da Educação elaborou em 2016 um projecto educativo materializado através da Carta de Política Educativa e do PEE 2017-2021. Algumas das incidiências preconizadas neste plano incidem sobre o reforço da formação dos professores, a modernização da educação do ensino secundário ao superior, a educação especial com a adopção de uma política inclusiva, igualdade de direitos e oportunidades, etc. Essas medidas previstas pelo PEE, só tiveram implementação prática no início no ano lectivo 2017/2018.

Com base nestas medidas, evidencia-se claramente o papel da educação, sendo uma ferramenta ferroz que contribui sobremaneira nos processos de conscientização e transformação social e no fomento de mudanças de paradigma necessárias para uma vida sustentável. Aliás, de acordo com o PEDS, o repto central das políticas educativas no próximo quinquénio, é o desenvolvimento de um sistema educativo inclusivo e comprometido com o futuro, para todas as crianças, jovens e adultos cabo-verdianos, que só é possível através da educação.

Nesta perspectiva, a escola exerce um papel importante na formação pessoal e social dos alunos e a ESML, não tem fugido à regra. Juridicamente reconhecida e actualmente equipada com um Gabinete de Inclusão e Promoção da Cidadania, vem prestando apoio aos alunos e contribuindo para o capital cultural e a formação pessoal e social.

Dentre os professores entrevistados, todos asseguram que constam alguns conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável na disciplina de EPC, como o conumo, consumismo, consumo responsável; direitos humanos e do consumidor; participação democrática; proteção ambiental e desenvolvimento sustentável e educação sexual. Outros apontados pelos alunos, incluem o trabalho infantil e educação de crianças, o desenvolvimento humano e a responsabilidade social. São conteúdos importantes que

preconizam a actuação de cidadãos responsáveis, no entanto, têm sido introduzidos na disciplina de EPC de forma tímida, de um realce até muito débil.

Constatou-se ainda que a EPC contribui significativamente para a EDS, sendo esse paralelismo cada dia mais presente e notório, defendido também pela maioria dos entrevistados e alunos inqueridos da ESML. Pela sua dimensão, a EPC, poderia abranger outros conteúdos programáticos, capazes de incutir no aluno o papel da disciplina para o desenvolvimento sustentável reforçando mais ainda a EDS. Conteúdos como o *bullying*, outros relacionados com o auxílio de crianças e de pessoas doentes e afastamento dos pais, foram realçados pelos alunos inquiridos, como conteúdos que gostariam que fizessem parte da disciplina. São igualmente tópicos importantes e que fazem parte do nosso dia-a-dia.

A percepção da EDS pelos professores entrevistados é ainda ingênua e lacónica, levando pela superficialidade dos conhecimentos possuídos quanto aos seus conteúdos. A EDS é um conceito muito vasto e abrangente. As definições apresentadas pelos alunos são pouco consistentes e com lacunas, principalmente pelas apresentadas pelos alunos do 7º ano. Em comparação com os do 8ºano, os conceitos são mais pormenorizados e vigorosos, pela aquisição de mais bagagens. Aliás, pelas respostas obtidas, constatou-se que tanto nas turmas do 7º e 8º ano, a maioria nunca ouviu falar sobre a EDS, situação que reflecte directamente nos diversos conceitos apresentados.

Sendo assim, constata-se uma necessidade urgente de aprofundamento teórico à volta de EDS nos alunos e principalmente nos professores enquanto mentores e orientadores. No entanto, os alunos devem procurar investigar, entender conceitos e relacionar fenómenos, não ficando à mercê do professor, sendo proactivos, pois, entender a EDS faz com que se mude de comportamentos pensando nas gerações futuras sem comprometer as presentes.

Ficou patente, a relação existente entre a disciplina de EPC com os problemas afectos das localidades onde residem os alunos, embora se tenha vindo a fazê-la com pouca frequência, tanto pelos professores e muito menos ainda pelos alunos inquiridos. Essa inter-relação e a incorporação dos problemas afectos na disciplina, é um passo essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de resolver problemas de desenvolvimento sustentável.

Na ESML, a implementação da agenda 21 é ainda pouco visível, limitando-se, no geral, na aplicação dos conteúdos estabelecidos nos programas da disciplina de EPC. Por iniciativas próprias dos professores não estão a ser desenvolvidas acções que vão ao encontro da Agenda 21. Gradualmente, a escola tem desencadeado acções na perspectiva de EDS, no

que toca também à criação do Gabinete de Inclusão e Promoção da Cidadania, às palestras desenvolvidas com alunos sob várias temáticas inerentes e elaboração de projectos. Os professores da ESML, enquanto mentores e agentes activos, têm deixado muito a desejar, por focarem essencialmente nos conteúdos estabelecidos nos programas. E os professores são exemplos e modelos para os alunos. Estes, pelas respostas obtidas, integram muito pouco a EDS às suas práticas quotidianas.

Nesta perspectiva e com base na análise FOFA desenvolvida, foram sugeridas algumas propostas de modo a atacar e minimizar as fragilidades identificadas.

Os resultados permitem concluir que os objetivos definidos foram alcançados por meio da metodologia utilizada que permitiu a aferição do contributo da disciplina de EPC na formação dos alunos da ESML para o desenvolvimento sustentável. Pela pesquisa desenvolvida, fica patente que o contributo é ainda incipiente, pela fraca participação activa dos professores. Ainda há um caminho árduo a ser percorrido no sentido de se construir uma escola voltada ao desenvolvimento sustentável, pois, o professor deve ser um conselheiro da aprendizagem dos alunos. Porém, o que se evidencia é que os professores estão longe dessa condição, por necessitarem de adquirir a base necessária para actuarem na construção de uma escola virada para EDS.

No entanto, do estudo realizado ficou patente a necessidade de trabalhos futuros, pelo carácter dinâmico associado ao tema. Assim, o campo da pesquisa não se encerra aqui, abrindo um leque de informações que possibilitarão discussões e novas propostas de trabalho.

Referências Bibliográficas

- Baracho, J. A. O. (1994). *Teoria geral da cidadania, a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Bardin, L. (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beltrão, L. & Nascimento, H. (2000). *O desafio da cidadania na escola*. Portugal: Editorial Presença
- Branco, Samuel Murgel (1997). *O Meio Ambiente em Debate*. São Paulo: moderna.
- Constituição da República de Cabo Verde*. Cabo Verde 2015. 4ª Ed. Praia: Assembleia Nacional.
- Demo, Pedro (1996). *Educar pela Pesquisa*. Campinas, Ed. Editores Associados.
- Diemer, A. & Marquat, C. (2014). *Educação para o desenvolvimento sustentável*. Edições Piaget. Lisboa: Portugal.
- Durkheim, Émilc (2001). *Educação e Sociologia*, Lisboa: edições 70.
- Esteves, M. (2007). *Análise de conteúdo*. In J. Lima e J. Pacheco (org). *Fazer investigação*. Porto: Porto Editora.
- Estrela, A. (1994). *Teoria e Prática de Observação de Classes. Uma Estratégia de Formação de Professores*. Lisboa: INIC
- Eurydice, M. (2005). *La educación para la ciudadanía en el contexto escolar europeo*. Disponível em «<http://www.eurydice.org>» [consulta: fevereiro de 2018].
- Fundação Calouste Gulbenkian (2000). *Colóquio/Educação e Sociedade*. Lisboa.
- Gabriela, Alcina e Cohen, Zelinda (s.d). *S.O.S. Planeta Terra – Construindo a cidadania ecológica*. Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania e Direção Geral do Ambiente.
- Gomes, M. A. C. (2012). *Educação para o Desenvolvimento Sustentável no contexto da década: discursos e práticas no ensino básico*.
- Hill, M.M, & Hill, A. (1998). *Investigação empírica em ciências sociais: um guia introdutório*.
- INE (2010). *Recenseamento Geral da População e Habitação 2010*. Praia, Cabo Verde. Disponível em «www.ine.cv» [consulta:2019].
- INE (2014). *Inquérito Multi- objectivo contínuo – 2013*. O Trabalho Infantil em Cabo Verde.

Lakatos, E.M. & Marconi, M.A. (2002). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragem e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.

Libâneo, José Carlos (2004) *Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática*. Goiânia: Alternativa.

Manzato, A. J., & Santos, A. B. (2012). A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. *Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–UNESP*, 1-17.

Marques, R. (1995) *Educação cívica e desenvolvimento pessoal e social*. Porto: Edições Asa.

Marshall, T.H. (2000). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

Martins, M.J.D. & Mogarro, M.J. (2008). A Educação Para a Cidadania no Século XXI. *Revista Ibero-Americana De Educação*. 53 (2010), 185-202.

Ministério da Cultura (2010). *Cultura, Educação e Cidadania*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Ministério da Educação (2011). “*Proposta de Orientações Para a Avaliação das Aquisições dos (as) Alunos(as) no Ensino Secundário*” [Artigo para Experimentação]. Cabo Verde.

Ministério da Educação e Desporto. *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Decreto-Lei nº 2/2010 de 7 de maio. Disponível em «https://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_jdownloads&view=category&catid=3&Itemid=538» [consulta: Maio de 2019].

_____ *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Decreto-Lei nº13/2018 de 7 de dezembro. +Disponível em«https://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_jdownloads&view=category&catid=3&Itemid=538» [consulta: Maio de 2019].

_____ (2017). *Plano Estratégico de Educação 2017-2021*. 1ª Ed. Praia: Ministério da Educação, Direção Geral de Planeamento. Disponível em«https://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_jdownloads&view=category&catid=3&Itemid=538» [consulta: Maio de 2019].

Ministério da Saúde (2009). *Programa Nacional de Saúde Reprodutiva de Cabo Verde 2008-2012*. Praia: Ministério da Saúde.

Nações Unidas- Cabo Verde (2010), "*Objectivos do Milénio - Relatório de progresso 2010*". Disponível em «<http://www.un.cv/omd2010.php#3>».

Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2017/2021. Governo de Cabo Verde. Disponível em: «<https://peds.gov.cv/sites/default/files/2018-10/PEDS%202017-2021%20-%20Vers%C3%A3o%20Final.pdf>» [consulta: Maio de 2019].

Piaget, J. (1984). *Psicologia e pedagogia*. São Paulo: Summus.

Ponalti, Edna Sueli (s/d). *Projeto de Educação Ambiental: Parque Cinturão Verde de Cianorte*. Disponível em «<http://www.apromac.org.br>. Acesso em: 10/02/2018.

PNUD (s.d). *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano*. Disponível em: www.pnud.org.br. [consulta: julho de 2019].

QCA (2009). *Sustainable Development in Action: A Curriculum planning Guide for Schools*, Londres, Qualifications and Curriculum Authority.

Reis, J. (1997). *O sentido da educação para a cidadania democrática (ECD)*. Lisboa: Editorial Presença.

República de Cabo Verde. Lei nº 87/V/98 de 31 de Dezembro que aprova o regime jurídico de protecção e defesa dos consumidores.

Rieckmann, Marco (2017). *Education for Sustainable Development Goals: learning objectives*. Brasília: Unesco. Disponível em: <http://www.unesco.org> [consulta: Junho de 2019].

Rodriguez, José Manuel Mateo & SILVA, Edson Vicente (2013). *Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Santos, Milton (2003). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record.

Semedo, B. G. (2018). *Políticas Educativas e Desenvolvimento Local Sustentável- O papel das Autarquias: Caso de Santa Cruz*. (Dissertação não publicada). Universidade de Cabo Verde.

Unesco. (2005). *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável 2005-2014: documento final do esquema internacional da implementação*. Brasília, Unesco.

Vala, J. (1986). A Análise de conteúdo. In A. S. Silva & M. Pinto (org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento. (pp. 101-128).

Vieira, A. M. (2014). *Análise das Necessidades de Formação Contínua de Professores do Ensino Secundário de Cabo Verde no contexto da Revisão curricular*. (Tese de doutoramento). Instituto de Educação. Universidade do Minho.

Anexos

Anexo I - Cartas enviadas aos participantes do estudo

Maria da Luz Gomes Lopes da Silva
Achada S. Filipe
Mov. 9962683
Email: duchailva8@hotmail.com

Exmo. Senhor (a)

Professor (a) da Escola Secundária M. Lopes

Cidade da Praia, 12 de dezembro de 2018

Assunto: Solicitação de entrevista

No âmbito do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Educação para o Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Cabo Verde, sob a orientação do Professor Carlos Rodrigues Spínola, encontro-me a realizar um projecto de Dissertação que tem como temática: **O contributo da Educação para a Cidadania na formação dos alunos para o desenvolvimento sustentável.**

O principal objectivo do estudo é compreender o contributo da educação para a cidadania na capacitação dos alunos para o desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, venho por este meio, **solicitar a Vossa Excelência, uma entrevista a realizar-se na segunda semana do mês de dezembro, de acordo a disponibilidade da Vossa agenda.** De salientar que a entrevista deverá ter a duração aproximada de 20 minutos e os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados no contexto do presente estudo, o qual depois de terminado, terei todo o prazer em lhe enviar.

Grata, desde já, na expectativa de uma resposta positiva, com os melhores cumprimentos.

Maria da Luz Gomes Lopes da Silva

Anexo II - Entrevistas aplicadas

Entrevistado: 1

Professor de EPC

Tempo: 15 a 20 minutos

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO – SEXO Feminino Masculino

Intervalo de idade

Menos de 36

Entre 36 e 45

Entre 46 e 54

Mais de 55

Formação de base - Ciências da Comunicação

Tempo de serviço docente – 18 anos

Leccionação de outras disciplinas – não

Exercício de cargos – não

2. A disciplina de Educação para a Cidadania contribui para a Educação DS?

R: Acredito que sim. Partindo do princípio que a EPC tem como propósito ajudar a formar cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, cidadãos responsáveis pelos seus actos, preparados para enfrentarem e vencerem as inúmeras dificuldades e incertezas do mundo globalizado, faz todo sentido que a EPC contribua para o desenvolvimento sustentável que, a meu ver, só se torna possível com cidadãos educados e bem preparados.

3.No programa consta conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável?

R: Constam. Ainda que de forma bastante tímida. Como dissera anteriormente, quando se fala de formar cidadãos responsáveis, politicamente engajados e actuantes, respeitadores, com um espírito crítico, comprometidos com o desenvolvimento do seu bairro, cidade e país, creio que, necessariamente estariam a falar de desenvolvimento sustentável.

4.Conhece os conteúdos da EDS?

R: Conheço alguns. Em parte, devido a várias acções de formação que venho participando.

5.Pode-se fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?

R: A meu ver sim. Se definirmos a cidadania como exercício de deveres e o usufruto de direitos numa determinada comunidade, que engloba a participação cívica, cultural e política,

responsabilidade individual e social, e, por outro lado, se entendermos a EDS como a capacidade de reconhecer a finitude de alguns recursos naturais e a necessidade do seu uso responsável, se aprendermos a nos respeitarmos mutuamente, como recomenda a EDS, sem excluir ninguém, então facilmente perceberemos que a EPC é, na verdade, a base para a EDS.

6. Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?

R: Conheço. Se me lembro bem, a UNESCO salienta que através da educação para o desenvolvimento sustentável, os jovens de qualquer parte do mundo, são levados a reflectir, de forma crítica, sobre a necessidade de manter e melhorar a qualidade de vida no presente sem destruir o planeta para as gerações vindouras. Conceitos fortes que, a efectivar-se, poderá mudar o rumo incerto para onde o nosso planeta e toda a humanidade está a caminhar.

7. Para si o que é EDS?

R: É precisamente o que acabei de dizer. Portanto, que devemos comportarmos de forma a satisfazer as nossas necessidades actuais, sem, no futuro, comprometer a vida do planeta, dos seres vivos, incluindo os seres humanos, que, assim como nós, merecem também viver num planeta salutar, que lhes oferece todos os provimentos necessários para a sua prosperidade e, por que não, para a sua felicidade.

8. Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade?

R: Possível é. O problema é incluir os haveres locais. Nem todos estão disponíveis a fazer isso, nem são obrigados. Mas é de importância suprema. De vez quando relaciono sim. Há muitos casos do dia-a-dia que nos servem perfeitamente de exemplos para conversarmos com os alunos. Não raras vezes, eles mesmos trazem situações do género para falarmos na sala. Acho até que isso devia ser programado...mas, um dia chegamos lá!

9. De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?

R: Vem sobretudo das zonas periféricas da cidade. Do centro, a existir, são casos que desconheço. Do interior da ilha sim. Sobretudo em anos de seca como o último.

10. Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?

R: Para ser sincero não. Muito esporadicamente. Aí está? O foco de todos nós reside em dar cumprimento do programa estipulado. Das localidades, dos bairros, quando se fala e para se referir as drogas, a marginalização, etc.

11. As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?

R: Indiscutivelmente. Basta tentar perceber a forma como grande parte dessas pessoas tentam ganhar a vida. Muitos, pelo facto de desconhcerem seus direitos são explorados a vida toda. Praticamente não participam nas decisões importantes que se tomam para o desenvolvimento da sua comunidade. Mais grave, é que muitos acreditam que toda exclusão de que sofrem, os principais culpados “é” eles. Nunca se sentem como vítimas.

12.O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?

R: Olha, sinceramente não sei se alguns que vejo, são enviados pelo ministério. Acho que o ministério não está muito ligado nessas coisas ainda não. Esses documentos são mais ofertas de ONGs.

13.Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio?

R: Sim conheço.

14.Já ouviu falar da Agenda 21?

R: Sim, por alto. Mas não te sei dizer bem!

15.Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21?

R: Que seja do meu conhecimento, ainda não!

Entrevistado: 2

Professor de EPC e Ex Director da Escola

Tempo: 15 a 20 minutos

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO -SEXO Feminino Masculino

Intervalo de idade

Menos de 36

Entre 36 e 45

Entre 46 e 54

Mais de 55

Formação de base – Licenciatura em História e Mestrado em Ciências Sociais

Tempo de serviço docente -16 anos

Leccionação de outras disciplinas – História e Geografia de Cabo Verde

Exercício de cargos

2.A disciplina de EPC contribui para a Educação DS?

R: Sim

3.No programa consta conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável?

R: Sim como por ex: consumo e desenvolvimento sustentável.

Dentro 8º ano a ideia é dar aos alunos a ideia de participação cívica na comunidade, jovem responsável, participativo, membro activo e dinâmico, com valores positiva que devem levar para a comunidade, primeiro a família como a grupo de jovens, igreja, agir enquanto cidadão de forma cívica, passiva, crítico e construtiva, ter capacidade de análise critica de formasobretudo responsável. O programa é bastante vocacionado desde questão de consumo, sustentabilidade ambiental, eles recebem e devem partilhar com os familiares e reproduzir na sociedade, isso é um pouco do objectivo do programa. Educação para o consumo, tipo de consumo, o que fazer o que evitar, O que fazer para evitar e alertar os pais a nível de poupança, a nível de produtos que já passaram de prazo, reclamação (onde reclamar quando encontrar um produto fora de validade e sem qualidade) fazer queixas nas autoridades públicas.

Muitas vezes pessoas são enganadas, compram produtos fora do prazo e não sabem para onde dirigir, então vamos as instituições como ADECO, IGAE onde podem dirigir, onde podem fazer queixas, fazem trabalho de grupo sobre as instituições.

Sobre as instituições, ainda sobre ONGs (Safende tudo hora, aldeias SOS, associativismo juvenil, espaço aberto Safende que cobre as zonas onde a escola está inserida.

Protecção ambiental: Como tratar a escola a nível de higiene, comunidade, campanhas de limpeza que devem fazer, colocar lixo no contentor colaborar com empregada de limpeza na escola...

Programa Fala de participação e democracia seu conceito, ideia de os poderes instituídos, 1ª república, partido único depôs abertura política democrático, o programa fala também de democracia que leva à participação a cidadania.

Os poderes: central e local, como funciona a democracia e várias instituições. Democracia não é só no momento de votar, mas ser cidadão activo desde já, participar em grupos de igreja, de pares de desporto, para darem a sua contribuição e ajudar o próximo, ajudar um velho a passar a estrada é 1 acto de cidadania, proteger o ambiente, poupança são actos questões de cidadania, poupança, criticar quando algo está errado levando os pais a mudarem de comportamento ter uma atitude mais pró-activa para o próprio desenvolvimento familiar e local

O programa que conhece alerta os alunos sobre questões como: membro de uma comunidade, direitos e deveres.

Ser cidadão participativo, reclamar ou participar quando necessário, ser activo, proteger a escola, comunidade.

Ter bom Relacionamento interpessoal com os colegas,... o programa é importante porque ajuda os alunos a melhorar o comportamento na escola, ter consciência da participação na família e na comunidade, o diálogo familiar também é importante.

Os GP (Tugs) identificam-se, então devemos orientar na escola em casa, no sentido de ter valores positivos a não irem de encontro com grupos delinquentes enveredarem pelo mundo das drogas álcool....

4. Conhece os conteúdos da EDS?

R: Sim

5. Pode-se fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?

6. Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?

7. Para si o que é EDS?

8. Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade?

R: Sim

9. De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?

R: Calabaceira, São Pedro, Pensamento, Ponta de Água, Achadinha, Vila Nova, fazenda, Lém cachorro, paiol, moinho etc.

10. Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?

R: Sim

11. As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?

R: Sim, zonas carentes a nível económico de base, problemas sociais que dificultam o próprio desenvolvimento, problemas relacionados com o álcool, droga, VBG, de saúde de vários tipos por causa da falta de emprego, se os jovens não estão a trabalhar tem dificuldades usam drogas, ficam a margem da sociedade, no fim não contribuem para ter um Ds ficando a margem não contribuindo para o desenvolvimento da comunidade.

Problema de Gravidez precoce que dificulta a aprendizagem dos alunos e quando não aprende, que para durante muito tempo tira menos proveito da educação e chega a idade activa de trabalho mais tardiamente o que prejudica o DS.

Ambiental: questão de higiene. A CM faz o trabalho, mas as vezes, a população não colabora, por exemplo nas questões de lixo, colocar lixo no contentor saneamento, uma atitude pró-activa da comunidade etc.

Prostituição por causa das dificuldades familiares o que leva a pessoa a outros problemas, poderá entrar na droga, abusos de parceiros, riscos de segurança...

Quando há violência não há desenvolvimento, todos ficam com medo de desenvolver alguma actividade, isso perturba o desenvolvimento, a insegurança perturba o desenvolvimento.

Embora em algumas zonas tem melhorado.

12. O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?

R: Sim, divulga panfletos desdobráveis para sensibilizar alunos.

13. Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio?

R: Sim

14. Já ouviu falar da Agenda 21?

R: Sim

15. Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21?

R: No programa de EPC, a escola tem feito palestras com alunos sob essas temáticas, trazem pessoas de fora que vem falar sobre essas temáticas. Ex: nas datas marcantes/ importantes.

Entrevistado: 3

Professor de EPC e Coordenador do Gabinete de Orientação Vocacional

Tempo: 15 a 20 minutos

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO- **SEXO** Feminino Masculino

Intervalo de idade

Menos de 36

Entre 36 e 45

Entre 46 e 54

Mais de 55

Formação de base – Licenciatura Ciências de Educação e Teologia

Tempo de serviço docente -16

Leccionação de outras disciplinas - não

Exercício de cargos – Coordenador de Gabinete

2. A disciplina de Educação para a Cidadania contribui para a Educação DS?

Faz ideia, no específico não, mas, no geral.

3. No programa constam conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável?

R: Sim consumo responsável tem até outros pontos que não estão ligados como educação sexual e mais uma vez vem o teórico e o pratico. Ex: um jovem quanto mais tarde tiver filho, mais tarde tiver sexo, terá uma família que no futuro consegue sustentar. Famílias quase todas trazem, logo a importância de formar uma família com responsabilidade. Quase todos acabam por convergir uns mais directamente, outros não.

4. Conhece os conteúdos da EDS?

R: Sim tinha que rever alguns pontos mas conheço há muito tempo

5. Pode-se fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?

R: As vezes em alguns pontos, podem não estar ligados tão directamente, mas existem porque tem conteúdos indirectos que tem a ver com a própria saúde da pessoa que de certa forma indirectamente contribuem para a EDS. Tem as acções preventivas, principalmente outros temas: ambiente, educação para o consumo, tudo isso, de alguma forma traz um paralelismo/integração entre as duas vertentes EDS e EPC. Nesse sentido existe um real paralelismo, uma vez que conteúdos de EDS acabam por ser uma boa parte semelhante aos conteúdos abordados em EPC, alguns pontos de forma directa e indirecta. Os temas: ambiente e educação para o consumo são os temas que estão mais ligados directamente com EDS.

6. Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?

7. Para si o que é EDS?

8. Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade.

R: Sim. Mas como já tinha dito nem sempre é possível.

9. De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?

R: Eugénio Lima Achadinha, Calabaceira, pensamento, Safende pode ter outros, mas devido ao facto de não ter vagas nas outras escolas, mas são casos particulares.

10. Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?

R: Sim as vezes tem-se dificuldades quando são muitos, as vezes tem uns que parecem estar bem mas na verdade tem necessidades internas pode ter Necessidades pode estar quieto mas pode ser violado em casa todos os dias. Enquanto temos turmas cheias perdemos em termos de eficácia. A estatística mostra que as turmas com menos alunos têm mais eficiência.

11. As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?

R: Tem sim, os problemas de sustentabilidade é vasta além da própria zona maioria/todos tem muitos problemas família monoparental, composta, pobreza, comportamentos agressivos desviantes, alunos com comportamento pouco pró-activo isso tem efeito nos próprios alunos, segundo um dos itens fundamentais do DS é tornar o aluno pró-activo.

12. O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?

R: De forma separado não mas é algo que está embutido, diluído nos programas com algum realce nos objectivos dos gabinetes de orienta educativa.

13. Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio?

R: Sim.

14. Já ouviu falar da Agenda 21?

R: Já mas não se lembra.

15. Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21?

R: Tirando os conteúdos da sala de aula, de iniciativa do professor ou focando do programa não.

Entrevistado: 4

Coordenador do Gabinete de Orientação Vocacional e Professor de EPC

Tempo: 15 a 20 minutos

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO- **SEXO** Feminino Masculino

Intervalo de idade

Menos de 36

Entre 36 e 45

Entre 46 e 54

Mais de 55

Formação de base - Psicologia

Tempo de serviço docente -8 anos

Lecionação de outras disciplinas - não

Exercício de cargos - Coordenador do Gabinete de Orientação Educativa

2. A disciplina de EPC contribui para a Educação DS?

R: Sim.

3. No programa consta conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável?

R: Sim, educação para o consumo, associativismo, ambiente e desenvolvimento sustentável, direitos humanos, direitos dos consumidores, planeamento familiar...

4. Conhece os conteúdos da EDS?

R: Sim de certo modo, de forma superficial.

5. Pode fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?

R: Acredito que sim porque no fundo estão interligados.

6. Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?

R: Não.

7. Para si o que é EDS?

R: Disciplina voltado para a educação de pessoas no sentido de preservar os recursos que existem no planeta de forma que as gerações futuras não venham a sofrer com a escassez dos mesmos.

8. Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade?

R: É possível sim embora se tem vindo a fazer isso muito pouco.

9. De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?

R: Provém mais da periferia, dos bairros mais desfavorecidos (Calabaceira, Eugénio Lima, São Pedro, latada, Ponta de Água, Vilanova, Santomé, Safende, Pensamento.

10. Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?

Dialogo mesmo nas primeiras aulas para ter noção do tipo de alunos, dos problemas que enfrentam, tratamento, abordagens que muitas vezes precisam o que me permite agir com mais assertividade.

11. As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?

R: As localidades apresentam com certeza porque são zonas onde existem problemas com o lixo, saneamento básico, planeamento familiar, valores que já não existem, água e saneamento básico, zonas que muitas vezes dão impressão que não estão na agenda do desenvolvimento sustentável do país ou do governo

12. O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?

R: Do meu conhecimento não.

13. Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio?

R: Já leu em alguns documentos na internet em alguns sites mas no local de trabalho não tem acesso a estas informações.

Já ouviu falar da Agenda 21?

R: Já ouviu falar mas não sabe o conteúdo dessa agenda.

Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21?

R: Acha que a escola não está a fazer a não ser alguma disciplina caso de EPC que faz algum trabalho nesse sentido.

Acha que deveria haver mais sensibilização, mais campanhas por parte do ministério das ONG's com foco voltado para isto e a escola tinha que ser alvo uma vez que é onde se

formam pessoas. Por iniciativa própria a escola deveria fazer alguma coisa mas infelizmente nem a direcção nem os professores se encontram sensibilizados para tal.

Entrevistado: 5

Coordenadora da disciplina de EPC

Tempo: 15 a 20 minutos

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO - SEXO Feminino Masculino

Intervalo de idade

Menos de 36

Entre 36 e 45

Entre 46 e 54

Mais de 55

Formação de base – Ciências de Educação

Tempo de serviço docente -17 anos

Leccionação de outras disciplinas – FPS

Exercício de cargos – Coordenadora

2. A disciplina de EPC contribui para a Educação DS?

R: Sim.

3. No programa constam conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável?

R: Sim não tão claro mas costuma abordar, não está tão explícito.

4. Conhece os conteúdos da EDS?

R: Sim tem a ver com reciclagem de lixo, aterro sanitário, hoje em dia está sendo divulgado para a fazer agricultura orgânica tentando evitar os produtos químicos.

5. Pode-se fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?

6. Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?

R: Só ouviu falar mas não lembra do conteúdo no momento.

7. Para si o que é EDS?

R. Educação que promove valores para preservar o meio ambiente.

8. Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade?

R: De vez em quando.

9. De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?

R: Calabaceira, São Pedro, pensamento, ponta de água, Achadinha Vila Nova, fazenda, Lém cachorro, paiol, alguns transferidos de alguns lugares mais distantes como por ex: Órgãos, fogo e brava.

10. Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?

R: De partida não mas sempre que estiver distraído se faltar as aulas procura tirar informações a respeito dele mesmo.

11. As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?

R: Problemas em si, todas as zonas têm problemas de EDS que ultimamente vem sem falado como a questão do lixo, por mais que se luta ainda existem problemas esta sendo arranjado estratégias, mas ainda é um problema. Mas ainda não teve oportunidade de falar com eles (8os alunos) para inteirar desses problemas.

12. O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?

R: Não tem conhecimento.

13. Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio?

R: Sim sabe que existem mas não consegue apontar nenhum.

14. Já ouviu falar da Agenda 21?

R: Já ouviu falar muito na TV gosta de ler muito mas temas relacionados com a sua área. A área em questão nunca lhe despertou interesse. Esta área tem documentos que a escola já facultou, mas não lembra.

15. Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21?

R: Foi elaborado um projecto intitulado “amigo do ambiente”, onde cada grupo tinha um tema como por ex: reciclagem do lixo por iniciativa da escola.

Entrevistado: 6

Professora da disciplina EPC

Tempo: 15 a 20 minutos

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO SEXO Feminino Masculino

Intervalo de idade

Menos de 36

Entre 36 e 45

Entre 46 e 54x

Mais de 55

Formação de base – licenciatura em filosofia

Tempo de serviço docente 20 anos

Leccionação de outras disciplinas – Filosofia _____

Exercício de cargos - _____

2. A disciplina de EPC contribui para a Educação DS?

R: Sim.

3. No programa constam conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável?

R: Sim por ex consumo e consumismo, publicidade.

4. Conhece os conteúdos da EDS?

R: Não, Só ouviu falar mas não lembra do conteúdo no momento.

5. Pode-se fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?

6. Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?

7. Para si o que é EDS?

R: Fala por ex que tem que fazer reciclagem...reutilização de materiais.

8. Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade.

R: Seria possível mas confesso que raramente faço isso.

9. De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?

R: Calabaceira, São Pedro, pensamento, ponta de água, Achadinha, Vila Nova, Fazenda, Lém cachorro, paiol, moinho, etc.

10. Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?

R: Sim, no início das aulas.

11. As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?

R: Tem.

12. O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?

R: Até ainda não vi.

13. Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio?

R: Sim sabe que existem mas não consegue apontar nenhum.

14. Já ouviu falar da Agenda 21?

R: Não.

15. Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21/ ODS?

R: na disciplina de EPC e na aula de DT fala com os alunos sobre EDS. Já ouviu falar nos ODS principalmente no ODS4? Por alto na TV

Entrevistado: 7

Professora da disciplina de EPC

Tempo: 15 a 20 minutos

1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO SEXO Feminino Masculino

Intervalo de idade

Menos de 36

Entre 36 e 45

Entre 46 e 54

Mais de 55

Formação de base – Ciências de Educação

Tempo de serviço docente -7 anos

Leccionação de outras disciplinas – Artística

Exercício de cargos – Concelho disciplinar

2. A disciplina de EPC contribui para a Educação DS?

R: Sim.

3. No programa constam conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável?

R: Sim.

4. Conhece os conteúdos da EDS?

R: Não?

5. Pode-se fazer um paralelismo entre os conteúdos da EDS e os EPC?

6. Conhece a declaração da Unesco que fala sobre educação para o desenvolvimento sustentável?

7. Para si o que é EDS?

R: Não sabe.

8. Acha que é possível relacionar, ou costuma relacionar a disciplina com os problemas afectos a localidade

R: Não.

9. De onde provêm os alunos: do interior, da periferia, do centro?

R: Calabaceira, São Pedro, pensamento, ponta de água, Achadinha, Vila Nova, fazenda Lém cachorro, paiol, moinho, etc.

10. Dialoga com eles? Procura tirar informações sobre a localidade onde vivem?

R: Sim, falar da família, tipo de família.

11. As localidades de onde provêm os alunos apresentam problemas relacionados com a EDS?

R: Tem.

12. O Ministério faz chegar documentos ou orientações relativas à EDS?

R: Nunca viu.

13. Conhece os objectivos de desenvolvimento do milénio? Não

14. Já ouviu falar da Agenda 21?

R: Não.

15. Está a ser feita alguma coisa na escola para implementar a agenda 21?

R: Não sabe.

Anexo III – Aplicação de questionário



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS, HUMANAS E ARTES

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

O presente questionário, realizado no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação (Educação para o Desenvolvimento Sustentável), na Universidade de Cabo Verde, tem como propósito recolher dados e informações alusivas a concepção de Educação para o Desenvolvimento Sustentável na perspectiva dos alunos da ESML. Tópico fundamental para analisar o contributo da disciplina de Educação para a Cidadania na formação dos alunos da respectiva escola para o desenvolvimento sustentável.

As respostas apresentadas terão um tratamento puramente académico.

Garantimos a confidencialidade das respostas.

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (EDS) NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DA ESML

Questionário N°: _____ Data da colecta: _____ de _____ de 2019

IDENTIFICAÇÃO

1. **Sexo:** (a) Feminino (b) Masculino **Idade:** _____

3. Já ouviu falar de EDS?

() (a) Sim.

() (b) Não.

() (c) Não sabe/Não responde.

4. Para si o que é Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)?

5. Em que costuma pensar quando se fala de EDS em Cabo Verde?

() (a) Cuidados com o meio ambiente.

- () (b) Viabilidade económica.
- () (c) Sociedade justa para as gerações presentes e futuras.
- () (d) Diversidade cultural.
- () (e) Todas as opções citadas.
- () (f) Outro (s): Qual (ais)

() (f) Não sabe/Não responde.

6. A disciplina de Educação para a Cidadania (EPC) contribui para a EDS?

- () (a) Sim.
- () (b) Não.
- () (c) Não sabe/Não responde.

7. Quais são os conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável na disciplina de EPC?

8. Quais conteúdos relacionados com o desenvolvimento sustentável gostaria que se incluíssem na disciplina de EPC?

9. Costuma relacionar a disciplina EPC com os problemas afectos a localidade onde reside? Se sim, exemplifica.

- () (a) Sim. _____
- () (b) Não.
- () (c) Não sabe/Não responde.

10. Costuma integrar a EDS às suas práticas quotidianas? Se sim, exemplifique.

- () (a) Sim: _____
- () (b) Não.
- () (c) Não sabe/Não responde

11. Na sua escola os professores trabalham a EDS?

- () (a) Sim.
- () (b) Não.
- () (c) Não sabe/Não responde.

12. Se a resposta anterior foi "sim", como a EDS é trabalhada na sua escola?

- (a) Aulas expositivas.
- (b) Horta escolar.
- (c) Visitas de campo.
- (d) Reuniões, palestras.
- (e) Projectos.
- (f) Outro (s): Qual (ais)

(g) Não sabe/Não responde.

13. A EDS é trabalhada na sua escola somente nas datas importantes referentes ao meio ambiente ou durante todo o ano?

- (a) Época comemorativa do meio ambiente.
- (b) Durante todo o ano lectivo.
- (c) Não sabe/Não responde.

14. Na sua opinião, a EDS deveria ser trabalhada com mais frequência na sua escola? Se sim, por que?

(a) Sim: _____

(b) Não.

(c) Não sabe/Não responde.

15. Qual atitude considera ser primordial para se alcançar o desenvolvimento sustentável?

- (a) Preservação do meio ambiente.
- (b) Conscientização ambiental para um trabalho em conjunto.
- (c) Elaboração de projetos de EDS em todas suas vertentes na escola.
- (d) Mudança comportamental individual para que ocorra mudanças em outras escalas.
- (e) Outro (s): Qual (ais) _____
- (f) Não sabe/Não responde.

Nossos agradecimentos pela atenção e colaboração!

Anexo IV – Fotografias da ESML



Figura 21 - Sala de aula. **Fonte:** Autoria própria, 2019.



Figura 20 - Sala de Directoria. **Fonte:** Autoria própria, 2019.



